

Maia


CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

07 DE JUNHO DE 2006

VICE - PRESIDENTE	- ANTÓNIO JOSÉ PIRES ALMOR BRANCO
VEREADORES PRESENTES	- NUNO MANUEL MACEDO PINTO DE SOUSA - MARIA DA GRAÇA FARIA CALEJO PIRES - MARIA GENTIL PONTES VAZ - HERNÂNI FERNANDO RODRIGUES - JOSÉ ASSUNÇÃO LOPES MAÇAIRA
PRESIDENTE AUSENTE	- JOSÉ LOPES SILVANO
SECRETARIOU	- LUÍS MÁRIO VIEIRA MAIA - DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS
HORA DE ABERTURA	- 09 HORAS
OUTRAS PRESENÇAS	- ANTÓNIO MARIA DE CARVALHO - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO E AMBIENTE - JORGE EDUARDO GUEDES MARQUES - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE FOMENTO E INFRA-ESTRUTURAS - MARIA ADELAIDE FERNANDES - DIRECTORA DO DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL (EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)
LOCAL DA REUNIÃO	- PAÇOS DO CONCELHO - SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL

ANTES DA ORDEM DO DIA

Voto de Pesar pela Morte do Arq.º Mendo.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Começo por apresentar as condolências à família do Arq.º Mendo, o ilustre mirandense recentemente desaparecido. Recordo o homem desinteressado, coerente, empenhado e de profundas convicções. Para além de ter deixado a sua marca na arquitectura local, deixou na memória de todos quantos usufruíram da sua disponibilidade, em prol do desporto e salutar o convívio entre as camadas mais jovens.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Pessoalmente e julgo que todas as pessoas que estão aqui presentes nos associamos à homenagem e que a Câmara está a preparar a elaboração de um livro sobre a arquitectura do Arq.º Mendo. Pretendemos fazer a publicação, um trabalho feito por uma estagiária de arquitectura, em que faz enquadramento, quer em termos temporais, quer em termos arquitectónicos do trabalho dele e esperamos que seja uma homenagem à altura para um grande Arquitecto de referência de Mirandela.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Congratulo-me com a iniciativa.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Na semana anterior tínhamos falado sobre isso, de qualquer das maneiras a intenção mantém-se, apenas acertaremos pormenores de publicação e acerto com a estagiária e posteriormente iremos propor a publicação.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Quem é a arquitecta estagiária?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: É uma estagiária, foi acompanhada pelo Arquitecto Henrique no trabalho e pelo arquitecto Graça Dias, que era o orientador do estágio.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Mas a arquitecta é cá de Mirandela ou é lá de baixo?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: É lá de baixo.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, manifestar um voto de condolências à família do Arq.º Mendo pelo desaparecimento deste ilustre mirandense.

Museu do Azeite.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Queria começar com uma situação que terminou em último lugar, na última reunião, que é em relação ao Museu do Azeite, após essa reunião pude deslocar-me juntamente com a Dr.ª Graça ao local da



obra e nessa altura também pude também conversar com o Eng.º Rui Fernandes sobre o ponto de situação em que se encontra a obra e julgo que também perguntei aqui e estará em acta, sobre a cópia da planta de estaleiro, e relativamente ao plano de segurança. Nessa altura fui informado, que o empreiteiro ainda não tinha entregue toda a documentação incluindo essa planta, que define a disposição do estaleiro. Pudemos constatar a utilização de materiais pouco adequados para vedação do estaleiro, chapas com arestas cortantes, a utilização de extensões triplas para uso doméstico, fios de cabos descarnados, falta de informação sobre voltagem disponibilizada para a obra, (sinalética junto ao quadro eléctrico), considerei que a organização do estaleiro estava algo medíocre, havia demasiado entulho e materiais espalhados pelas zonas de circulação, já por si um espaço bastante exiguo. Pudemos ainda constatar que o guarda-corpos junto à escavação da cave, era de qualidade precária, um talude de terras sem o escoramento necessário e protecção necessária (verificar as fotos).

Consideramos que a Autarquia deve ser mais exigente com o Empreiteiro, salvaguardando sempre a boa execução da obra, com segurança quer para os trabalhadores, quer para os munícipes, que têm que se deslocar nas proximidades do estaleiro.

Preto ainda saber o resultado das conversações entre o Sr. Presidente e o Município vizinho, no seguimento da interpelação deste na reunião anterior.

----- O Senhor Director do Departamento e Infra-Estruturas Eng.º Guedes Marques disse: As respostas que tenho para lhe dar são as seguintes: O valor da adjudicação é de 569.873,11€, o valor da obra traduzido em autos até esta data é de 22.709,84€, a definição total do estaleiro depende do espaço de instalação, alguns destes espaços ainda poderão ser negociados, como sabe. Portanto, a planta do estaleiro é evidente que depende também disso, não podemos dar uma coisa que depende ainda de outra, que não está definitivamente resolvida. O plano de segurança existe, globalmente cumpre com as condições desejadas e aguardam-se algumas pequenas rectificações, para ser submetido definitivamente à aprovação. Não há particulares, indivíduos, de acesso às suas propriedades. Estas eram as questões que me tinha colocado.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Se me permite, a planta do estaleiro, já deveria contemplar a tal parte de terreno vizinho, incluindo os limites delimitados no projecto de arquitectura. Parto do pressuposto que esses limites deveriam estar definidos pelo menos na planta do estaleiro.

----- O Senhor Director do Departamento e Infra-Estruturas Eng.º Guedes Marques disse: Não posso partir do pressuposto, como se o terreno fosse meu, até porque o direito da propriedade privada é um direito constitucional.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Claro, mas o que eu quero dizer é o seguinte: Se o projecto contemplava uma certa configuração em termos de limites, independentemente de entrar ou não no terreno do vizinho, o empreiteiro com base nesses limites, deveria ter apresentado uma planta do estaleiro logo no início com um plano de segurança, independentemente de entrar no terreno vizinho ou não.

----- O Senhor Director do Departamento e Infra-Estruturas Eng.º Guedes Marques disse: O limite do terreno que funcionava e que era propriedade do edifício da Câmara Municipal.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Mas em relação a essa informação, foi erro por parte do autor do projecto, ou existiu aqui algum lapso de informação?

----- O Senhor Director do Departamento e Infra-Estruturas Eng.º Guedes Marques disse: Aqui os factos o Senhor Vereador também os conhece, agora a origem dos factos, como sabe o projecto foi feito num período em que eu não estava, não sei que contactos é que o projectista teve com a Câmara, se terá depreendido se seria fácil ou que era difícil negociar os terrenos, essas informações não sei.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: O Senhor Vereador não pode acrescentar mais nada em relação a essa questão?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: O que tenho a acrescentar é que eu tenho técnicos nos quais confio.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Não é essa a questão, coloco a pergunta, dado que o Senhor Director não estava cá nessa altura, e se souber de mais alguma informação que possa ser esclarecedora em relação à pergunta que eu coloquei: existiu alguma falha de comunicação entre a Câmara e o autor do projecto, ou foi o projectista que entendeu mal a informação disponibilizada.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: A única questão que se colocou no início, foi a questão do terreno do outro lado, do terreno em frente ao Dr. Pires, e essa aí, por motivo de protecção de estaleiro e neste momento está a ser elaborado um acordo, porque a Câmara, segundo informação jurídica a responsabilidade seria do empreiteiro. No entanto, o proprietário considera que deve ser a Câmara a assumir esse compromisso e nós assumimos também, digamos assim, tanto faz a Câmara assumir uma vez que se houver custos serão imputados ao empreiteiro naturalmente. Neste momento, está a ser elaborado um acordo jurídico entre o jurista da Câmara e o jurista do Dr. Pires, esperamos que brevemente este acordo esteja escrito. Em relação à outra parte, como disse o Senhor Eng.º Guedes Marques, a única coisa que estava prevista uma saída de emergência na ponta final, o que significa que não havia interferência directa com o terreno, no entanto, e sem entrar em polémicas, no início da obra foi contactada uma pessoa em causa que aqui esteve presente pelo técnico e nomeadamente disponibilizou-se para colocar no terreno a grua, enfim, depois por motivos que julgo que foram, mais ou menos postos globalmente, a situação descambou para aquilo que ela é hoje. Por isso a situação de hoje nada tem a ver com a situação da altura.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: O Senhor Presidente já terá tido conversações com o munícipe no sentido de se encontrar uma solução a este impasse.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: A colocação da grua inicialmente até era no terreno dessa pessoa, naquele terreno ali que nem sabemos muito bem de quem é, e depois é que a situação descambou fruto daquilo que já foi aqui exposto por diversas vezes, no entanto a única coisa que existia em relação e esse terreno é uma saída de emergência que legalmente ela poderia existir sempre. Se formos ver isto legalmente também, nós apenas temos aqui um bom princípio negocial que é o nosso princípio. Se nós fossemos para essa orientação jurídica, nunca o fizemos, o princípio é sempre negociar, a partir do momento em que se solicitou a presença do Senhor Presidente como negociador deste processo, assumiu a parte que lhe corresponde e julgo que há desenvolvimentos, mas eu também não lhe posso dizer neste momento, mas sei que foi apresentada uma proposta, mas não convinha comentar a proposta, porque ainda está a ser avaliada.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO perguntou: Sendo aquela estrutura, aquela casa, aquele edifício, absolutamente encaixado em terrenos privados, com acesso público muitíssimo limitado, pergunto eu porque é que não contemplaram antecipadamente a entrada nos referidos terrenos privados e essas negociações não foram feitas antecipadamente?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Eu devolvo-lhe a pergunta de uma maneira simples, pense que o edifício era seu, e não da Câmara e nós não estaríamos a discutir aqui esta questão, é tão simples como isto. Pense que queria fazer uma intervenção exactamente igual à que a Câmara fez, para sua habitação própria, hoje não estaríamos aqui a discutir esta questão. A única questão que se põe quando há obras entre privados, há um direito que assiste ao proprietário do terreno, mesmo que esteja encaixado em gaveto, quanto à ocupação dos terrenos. Nós não usamos nenhum tipo de pressão jurídica nesse sentido, temos princípios negociais, a obrigação de resolver esses problemas é uma obrigação contratual de empreiteiro, o vizinho do lado, manifestou perante a Câmara que não quer qualquer tipo de acordo com o empreiteiro. A Câmara assumiu naturalmente esse papel porque considera que também não vale a pena estar aqui agarrado, digamos, a um pormenor jurídico. Em relação a esta zona que estamos a falar, que é a zona de cima, como lhe digo a grua esteve em perspectiva para ser colocada naquela zona, se nessa altura havia essa disponibilidade toda é evidente que existiam outras, mais, por causa da passagem da grua foi sugerido à Câmara que destruísse a entrada, aquela entrada que lá está com portões, desde que após a execução da obra a recuperassem, isto significa que houve contactos, que houve conversas que infelizmente nunca foram passadas a papel. Porque ouvem-se aqui coisas em que o acesso não é garantido às pessoas que ali residem, o que não é verdade, porque foi uma das garantias iniciais da elaboração do estaleiro, foi que iria haver sempre acessibilidade, é evidente que antigamente havia circulação nos dois sentidos e neste momento não há, mas neste a pessoa pode levar o carro, estacioná-lo a sua porta e trazê-lo. Eu posso-lhe dizer também se quisermos entrar por isso, que um dia uma das questões que se colocou, não tinha nada a ver com o Museu do Azeite, tinha a ver com uns aterros selvagens que foram realizados num terreno e a contrapartida para entrar nesse dia o empreiteiro era que nós fossemos com uma máquina da Câmara retirar os aterros dessa zona, que não tem nada a ver com o Museu do Azeite e que por acaso esses mesmos aterros foram feitos de forma selvagem, mas ainda estavam a proteger um caminho público, e a contrapartida já era retirar os aterros e fazer um muro. Nós estamos a falar de processos que não são negociais, enquanto que o vizinho do lado diz: “marquem-me a área, escrevam num papel e assumam um compromisso”, este tem tido um processo errático, repare o Senhor Presidente esteve lá um dia, que negociou com o proprietário efectivo do terreno e nesse dia foi acordado um conjunto de circunstâncias, três dias depois aparece aqui outra pessoa a dizer que a final quem é o representante do terreno é ele. Isto chama-se um processo de negociação errático, o qual nós estamos a lidar da melhor maneira, a Câmara tem os direitos, se a questão fosse por em causa o andamento da obra, nessa altura também sabemos quais são os procedimentos jurídicos que deveremos adoptar, não é esse o nosso princípio.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Se me permite, a minha questão não ia nesse sentido, acho que fica ali uma obra que é uma obra excelente, que é uma obra muito bonita em termos arquitectónicos e é necessária para o município actualmente, mas há uma série de questões que se prendem com a localização da obra que deveriam ser prevenidas antes mesmo da obra começar. Eu refiro-me inicialmente não só a um dos vizinhos, como também ao outro, que me parece que a Câmara está neste momento em negociações.

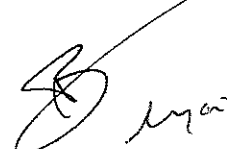
----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Eu respondo-lhe de uma maneira simples, a Câmara Municipal vai realizar um Plano Pormenor que inclui além dessa área, a área envolvente e termina na Zona da Reginorde.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO perguntou: Mas está feito o Plano Pormenor?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Não, vai ser realizado

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Em relação ao plano de pormenor já existiram vários estudos inclusive no mandato do Dr. Silvano e ao qual o Sr. Presidente se tinha referido publicamente, inclusive numa carta endereçada aos munícipes no mandato anterior.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Foi realizado um estudo que na altura foi candidatado ao Programa POLIS pela Câmara Municipal e que nesse estudo, principalmente era orientado no sentido de definir qual era a possibilidade de se realizar, se era a chamada ligação Parque Império/Reginorde e o resultado desse estudo foi realização desta Variante do Piaget. Entretanto isso foi um estudo, deu origem a uma candidatura que não foi aprovada, o que a Câmara vai fazer, nomeadamente esse estudo que tinha condicionantes, associadas ao Loteamento da CP, que era um Loteamento por cima da casa do Dr. Pires, mas estava com essas condicionantes. A Câmara ao adquirir os terrenos da CP, assumiu que pura e simplesmente não existia esse Loteamento e por isso a vertente que vai ser adoptada é completamente diferente da inicial, em que era essencialmente à base de equipamentos, PSP, GNR, Finanças, Serviços Públicos.



----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Dizer que se calhar esse estudo tinha um eixo mais estruturante de ligação mais importante, entre o rio e o Parque do Império com a Reginorde, não tem que necessariamente ser um eixo viário, podendo também ser um eixo de características de pedonais. Lembro-me por exemplo das “Las Ramblas” em Barcelona, é uma solução urbanística interessante, embora com um conjunto de edifícios a ladear a avenida, e que neste caso não seria preciso.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Sincomir e Senhor Serafim.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Em relação ao requerimento que eu pedi no outro dia da Sincomir e do Senhor Serafim, queria dizer o seguinte: primeiro os dados estão incompletos, pedi informações, inclusive que me fossem disponibilizados os extractos das plantas de condicionantes e ordenamento do PDM de Mirandela e que essas plantas estão incompletas, não recebi essa informação e gostaria de ter isso incluído, a não ser que os processos não venham instruídos com os extractos do PDM. Eu sei que pelo menos um deles sei que tem, eu já consultei o processo, mas na altura não tirei cópia. Agora o outro não sei se tem ou não tem. De modo que gostaria de saber concretamente.

----- O Senhor Director do Departamento de Urbanismo e Ambiente Arq.º ANTÓNIO CARVALHO disse: É um procedimento de rotina, o processo existe tem as características de um loteamento, é um processo igual aos de construção.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Sim, é da Sincomir e daquele pavilhão que está junto à Quinta do Valongo.

----- O Senhor Director do Departamento de Urbanismo e Ambiente Arq.º ANTÓNIO CARVALHO disse: O processo tem que necessariamente ir para o PDM. É uma exigência que inclui o PDM.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Eu gostava de saber porque é que não foram então incluídas, pelo que gostaria que houvesse cumprimento disso. A não ser que haja algo a esconder, eu julgo que não.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu não tinha sequer conhecimento sobre isso.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Em relação também à Sincomir, gostaria de saber quando é que o Executivo vai exigir a reversão do terreno, uma vez que ainda não foi construída a fábrica e provavelmente nunca virá a ser construída, e dado que o terreno até foi vendido com um prejuízo de 15.000 contos, duas semanas depois de o adquirir a outro privado, a Câmara perdeu 15.000 contos nesse negócio. Digo, perdeu porque até agora não tem nada que contradiga isso. A única coisa que eu posso dizer que até à presente data a única coisa a crescer ali é a flora autóctone, mais nada.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu vou aguardar para quando o investimento esteja feito, aguardo que o Senhor Arq.º depois comente a viabilidade ou não desse investimento.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Eu até quero que a fábrica seja construída, mas não é daqui a cem anos.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Senhor Vereador, há-de ser quando for e quando for o Senhor Arquitecto saberá.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Quando estes contratos são feitos, geralmente é colocada uma cláusula onde a Câmara pode invocar o direito de reversão caso a intervenção não seja executada. É que aqui não há indicação de tal prazo, portanto, para todos os efeitos a fábrica até pode ser feita daqui a cem anos.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Senhor Arquitecto, comentará quando tiver que comentar.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Segundo o que eu percebo do PDM, aquela zona não é zona industrial, será no mínimo utilização múltipla e aí há condicionantes, em relação à instalação desse equipamento.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

URBCOM.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Pelo que pude ler na imprensa, o URBCOM está a “falhar”, e eu julgo que não se podem arranjar desculpas soltas de conjunturas económicas nacionais que estão em más condições, ou não querer arcar com o investimento não participado, etc, isto para justificar a fraca adesão dos comerciantes ao projecto. Não será talvez pelo facto de não existir uma política estratégica de apoio ao comércio local, quer por parte da Autarquia, quer por parte da própria ACIM, se não será talvez derivado disso? Ou então, se a capacidade de influência e de incentivo por parte do município junto dos comerciantes da cidade não tem sido a melhor? E já agora também pergunto: que requalificações urbanísticas foram executadas para valorizar e dinamizar e inclusive inovar o pequeno comércio local, habituado a algum tradicionalismo na sua actividade? Por último, que soluções inovadoras estão a ser desenvolvidas pela Autarquia para que possam ter um efeito “âncora”, levando os comerciantes a assumir um papel mais evolutivo num sector económico que considero algo estagnado?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Como posso dar a informação em primeira mão, que terminou no dia 05 a entrega das candidaturas e foi ultrapassado o valor dos 50%, que era o que nos podia preocupar em termos de comprometimento de verbas. Em relação à questão de não haver número suficiente de aderentes.

----- O Senhor Vereador HERNÂNI RODRIGUES perguntou: Quantas candidaturas é que foram apresentadas?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Foram entregues 48 candidaturas.

----- O Senhor Vereador HERNÂNI RODRIGUES disse: Isso é um terço do previsto!

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: A previsão de candidaturas era de 170 e de acordo com o artigo publicado o "número de candidaturas pode não ultrapassar as 65".

----- O Senhor Vereador HERNÂNI RODRIGUES disse: Nem às 65 chegaram.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu gostava que realmente fizessem essa análise, nomeadamente porque uma das maiores dificuldades e que chegamos à conclusão neste processo e como sabem é um projecto controlado pela ACIM, no entanto, a Câmara é solidária com todas as intervenções que se fazem na cidade e no concelho, é que grande parte dos comerciantes desta zona não têm contabilidade organizada, não têm condições para aceder às candidaturas, porque este processo de candidaturas tem formalismos que grande parte destes comerciantes não puderam cumprir. Quando o Senhor arquitecto falava em soluções inovadoras, uma solução se calhar muito importante era fazer realmente o diagnóstico da zona de intervenção do URBCOM. O levantamento que está efectuado na candidatura é de todos os C.A.E.. Nomeadamente, houve uma alteração em que os serviços podiam ser fundamentados e justificados em determinada altura e o que aconteceu é que os serviços não foram sequer autorizados a entrar e eu sugiro também que circule pela zona de intervenção e que veja quantas actividades ao nível dos serviços C.A.E. relativos a serviços.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Circulo pela zona de intervenção e verifico que existem muitos espaços comerciais vazios e questionando ainda sobre as requalificações urbanísticas executadas para inovar o comercio local.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: A Câmara fez aquilo que lhe competia, existiam verbas disponíveis em fundos comunitários e a Câmara apresentou candidaturas e esse esforço foi da Câmara, posso dizer exclusivo e ainda bem, porque na altura foi a Câmara que fez este trabalho, o único papel que fez a A.C.I.M. foi de apenas fazer um inquérito usando para esse efeito os funcionários que lá tinham. Porque todo o restante trabalho foi efectuado pela Câmara. Ao longo de quatro anos fomos acusados que não havia URBCOM aprovado, que não havia possibilidades e o URBCOM foi aprovado com as verbas. Quando as verbas foram aprovadas houve alguém que comentou que um milhão de euros não dava sequer para trocos e eu falo de um milhão de euros dos comerciantes, porque inicialmente o que estava previsto por comerciante eram de 150.000 euros e depois baixou para os 45.000 euros e inicialmente o financiamento era a 50% e agora baixou para os 35% ou 45%.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Na primeira fase o financiamento era de 60%.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Sim, na primeira fase o financiamento era de 60%. Nesta fase é de 35% a 45%, isto é, só se o investimento for considerado de valor acrescentado para a zona de intervenção é que pode atingir os 45%, isto não são conjecturas, isto são realidades.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Porque é que a candidatura não foi aprovada quando o financiamento das intervenções era de 60%?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Não foi feito porque não foi aprovado, Senhor arquitecto, porque é assim, a candidatura foi apresentada na respectiva convocatória em 31 de Maio de 2002, sei porque foi no ano que eu entrei para a Câmara e lembro-me perfeitamente, na data limite que havia, após a apresentação da candidatura fomos confundidos com a URBCOM que existia em Murça e que "estourou" e que não tinha nada a ver. Na altura foi apresentada uma candidatura, após essa apresentação foram seleccionadas 23 cidades de intervenções do URBCOM, nós ficamos em 19º e na altura fomos a primeira do distrito de Bragança e foram várias do distrito que foram reprovadas. Após esse processo andamos para trás e para a frente nos gabinetes dos Ministérios, vieram aqui Secretários de Estado, nós fomos aos Secretários de Estado à espera da aprovação e quando Mirandela foi aprovado, foram aprovados os restantes desses 23. Após a aprovação dos 23 deu-se origem à elaboração do chamado estudo prévio que foi apresentado nos prazos respectivos, após esta aprovação foi gerado o estudo global que foi apresentado. Por isso, nós apenas cumprimos aquilo que o Governo nos obrigou a fazer. Neste momento foram apresentadas as candidaturas na componente privada e nesta mesma semana eu tenho uma reunião na C.C.D.R.N. para preparar a componente pública, porque não se podem apresentar candidaturas públicas antes das candidaturas privadas, por isso o processo foi sempre o mesmo. Agora o que se pode contestar e isso acho que é uma análise sociológica interessante a realizar, é se a Câmara conseguiu um milhão de euros e ele não foi consumido, realmente onde é que está o nosso dinamismo comercial? Isso eu acho que deve ser contestado. Essa questão eu acho que é muito importante falar.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Como elemento do Executivo tem planos juntamente com os Senhores Vereadores e com o Senhor Presidente, o que é que vocês de alguma forma podem fazer?

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Nós sabemos que foi o Senhor Eng.º que coordenou este trabalho e se não fosse o Senhor Eng.º a fazê-lo, se calhar ainda hoje não estaria feito, mas a questão aqui é outra, é que eu numa destas

reuniões perguntei ao Senhor Presidente de quem era a responsabilidade política por não ter até hoje sido desenvolvido o URBCOM? E o Senhor Vereador até respondeu que os 150.000 euros era um processo demasiado desmesurado para o nível dos comerciantes que nós tínhamos. Quando agora vem precisamente com a justificação contrária.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Não, eu digo exactamente o mesmo, na altura quem mudou foi o Governo, quem mudou não fomos nós e o que eu estou a dizer é que imaginemos que o limite eram os 150.000 euros, porque isto é feito com base imaginemos 45.000 euros aproximadamente por roteiro de candidato, imagine que era 150.000 euros por perspectiva de candidato, nós estamos a falar se calhar num milhão de contos, se nós assim ainda conseguimos os 50%, se fosse um milhão de contos era uma vergonha.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: A questão é outra, muitos comerciantes fizeram as suas contas e não apresentaram as candidaturas, porque verificaram que 40% dos 45.000 euros do montante de investimento eram valores irrisórios, pelo que não justificava o trabalho que iam ter. Eu gostaria de saber, mas esta pergunta é para o Senhor Presidente, quem é o responsável político pelo fracasso deste programa neste concelho?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO perguntou: Mas considera que é um fracasso.?

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES respondeu: Eu considero que é um fracasso.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: E por não ter sido apresentada há mais tempo, quando eventualmente podiam justificar mais estas candidaturas. Esta questão deve ser avaliada no final, nós estamos a falar ainda de candidaturas e até ao final vão haver muitas desistências, das 48 se calhar vamos ficar com meia dúzia.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Eu não vou repetir aquilo que já disse, que nós concorremos num determinado enquadramento legal, quem o mudou foi o Governo, quer que eu vá em específico saber quem foi o Secretário de Estado que o alterou? Senhor Dr. Hernâni a data de candidatura foi a data de abertura e eu só posso falar do que diz respeito ao meu mandato. Eu apresentei uma candidatura na data que me foi apresentada numa abertura de propostas dia 31 de Maio de 2002 lembro-me muito bem porque foi um processo muito difícil, resultado houve um conjunto de turbulências na altura por falta de dinheiro, pelos vistos hoje nem há porque depois abriram uma MODCOM, mas na altura houve um conjunto de turbulências que levaram, a candidatura de Mirandela nunca foi posta em questão, nunca tivemos de apresentar documentos nem justificações, foi sempre aprovado o único problema que houve foi sempre legal. Nós tivemos reuniões diversas com a Arquitecta Clotilde Cavaco que era a responsável do projecto, com os Secretários de Estado e foi-nos dito sempre, vocês não se preocupem, agora aguardem o novo regulamento. Saiu o novo regulamento. Eu sugiro exactamente que façam essa análise sociológica, eu também já tenho alguma experiência até já foi comerciante em tempos, os meus pais pelo menos e conheço mais ou menos a realidade comercial local e se fizermos essa avaliação e por acaso tive oportunidade de fazer uma coisa na altura que fiz a candidatura, que foi corri todas as lojas uma a uma, entrei em todas as lojas desta zona de intervenção, não falhei uma entreguei-lhes um papel e convoquei as pessoas para irem a uma reunião e nessa mesma reunião posso-lhes garantir que grande parte dos comerciantes saíram, porque as pessoas estão habituadas a financiamentos não a 25%, nem a 35%, nem a 45% é só a 100%, porque basicamente as candidaturas de 75% avalia-se. Agora nós aí fizemos. Agora eu não considero que seja um processo falhado. Primeiro, porque representa um milhão e seiscentos mil euros de investimento no total, numa zona que está efectivamente degradada. Desculpe Senhor Dr. Hernâni mas eu não volto a repetir o que já disse. Agora digo-lhe, eu não considero que seja um processo falhado, porque representa um milhão e seiscentos mil euros de investimento no total, numa zona que estava efectivamente degradada, claro que só são 500.000 euros de investimento da componente pública, mas nós candidatamos 600.000 euros da componente pública Câmara Municipal, e mais, foi apresentada uma candidatura à constituição de uma UAC, que é uma obrigatoriedade deste projecto, o que é que é uma UAC, é uma unidade de acompanhamento ou uma unidade individual de acompanhamento, basicamente é uma associação que terá que ser participada, digamos nesta primeira fase pela Câmara Municipal e pela Associação Comercial em princípio na percentagem de 51/49 ou 50/50 estamos agora a ver essas questões e o objectivo é criar uma Unidade de Gestão profissionalizada, que faça a gestão do centro URBCOM, numa perspectiva personalizada. Esse é o grande objectivo. E porquê? Exactamente porque neste momento a minha avaliação e o diagnóstico que faço é o que nós mais precisamos no URBCOM é o apoio às pessoas, isto é, acessória, e a acessória passa por exemplo, as pessoas consideram que pagar cem euros por mês para ter uma contabilidade organizada é um exagero, se calhar é uma realidade.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Qualquer comércio não precisa de ter uma contabilidade organizada?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Não, pois aí é que está o grande problema, se quiser eu mostro-lhe.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Para não estarmos aqui a repetir, eu percebi e sei do seu contributo e se reparar as questões que fiz, foram questões até mais de diagnóstico do que propriamente de crítica.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: É evidente que se calhar neste processo poderiam ter havido mais candidatos, eu não vou contestar isso, isso foi entregue à Associação Comercial, faz parte da responsabilidade, a opção de fazer as candidaturas pela Associação Comercial foi dela, o esforço que foi realizado eu nem vou avaliar porque nem me compete, agora há uma coisa, o esforço que foi avaliado para constituir a URBCOM vai continuar com a UAC e esperamos que vá continuar. Começa por coisas simples, por exemplo no âmbito da intervenção urbanística, a primeira coisa que se quer é dar uma identidade ao núcleo, para que as pessoas identifiquem aquele núcleo como um núcleo industrial, em segundo lugar iremos apostar mais na questão publicitária

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Esses núcleos vão ser estruturados por quarteirões, por ruas, como é que será definida a sua constituição.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: O que está previsto numa primeira fase é eventualmente criar cada rua com uma identidade em termos gráficos.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Um modelo americano.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: É um modelo americano, chamado “Main-street”, mas neste momento em relação à UAC a constituir, o principal papel registasse ao nível do apoio ao comerciante, isto é, essa não é uma competência da Câmara, no entanto se for constituída a UAC é, há um grande défice em termos de organização e preparação, estas candidaturas podiam reportasse à apresentação da simples apresentação de uma registadora, de um computador, ninguém obrigava a investimentos, não havia um investimento mínimo na ordem dos cem mil euros ou dos quarenta e cinco mil euros, o que significa que em pequenas coisas como por exemplo informatização das pequenas unidades podia-se ter investido bastante, isso não foi realizado como digo, por um défice real que existe ao nível de organização comercial desses mesmos comerciantes. A principal função, na minha opinião é reverter essa mentalidade, a mentalidade e perdoem-me a expressão de “mercearia de bairro” e essa é a mentalidade que nós temos em grande parte dos comerciantes da zona de intervenção e transformar essa mentalidade numa mentalidade de comerciante de condomínio e neste caso de comerciante de centro comercial, ao ar livre ou não, porque o comerciante que está no centro comercial sabe que tem a obrigatoriedade de produzir um documento, de produzir um conjunto de promoções e actividades que valorizem o seu centro comercial de forma comum.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Esse tipo de diagnóstico deveria ter sido executada antecipadamente, para que agora não viéssemos a tocar neste assunto.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Pelo menos permite também a quem esteja envolvido nisto agora repensar todo o processo.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: Alguns comerciantes nesta altura até estão a pensar que vão receber 45.000 euros, quando eles efectivamente irão receber é 40% desse montante.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Não há quase candidaturas de 45.000 euros, há de 20.000, 25.000 ou 30.000 euros. Quanto a isso eu não posso acrescentar nada, porque esse foi um processo natural e obrigatoriamente conduzido pela Associação Comercial. A Câmara fez acções de esclarecimento, fez intervenções, eu falei com diversos comerciantes pessoalmente, mas não me compete a mim fazê-lo. A Associação Comercial fez esse processo.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Há aqui um processo que deve ser articulado no sentido de toda a questão de critérios ser trabalhada em integração, conjunto, porque senão o processo falha naturalmente e a Câmara como entidade coordenadora pelo que deve de alguma forma zelar pela situação.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: A Câmara penalizasse por saber que há dinheiro que não vai ser gasto. Porque isso podia-nos penalizar a nós também.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

REGINORDE/2006.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Avanço para um outro assunto, que é sobre a Reginorde de 2006. Isto são comentários meus, baseados naquilo que pude verificar durante os dias que participei. Considerei a feira, como feira de Actividades Regionais pouco interessante, quando se intitula a maior de Trás-os-Montes. Como feira de Actividades também se pretendia do tipo “Exposalão” Batalha, ou Exponor ou algo de semelhante qualidade, considerei rotineira, idêntica aos outros anos e sem grande inovação.

É preciso saber diferenciar; se pretendem um “circo” para entreter a população, então esqueçam a feira e concentrem-se nos espectáculos lúdicos. É também uma estratégia política muito eficaz, aliás a expressão “pão e circo” deriva de uma técnica de marketing político muito utilizada pelos Imperadores Romanos quando queriam sossegar a população tumultuosa e reivindicativa – é uma metodologia bastante actual e muito utilizada por políticos profissionais. Se pretenderem, dinamizar a economia regional e digo regional não local, porque eu acho que a feira deve ter dimensão regional, julgo que era pertinente focalizar o evento como feira de actividades apenas, envolvendo outras Associações Comerciais do distrito e eventualmente até da vizinha Espanha, porque não, resultar numa feira rotativa se houvesse essa necessidade e bi-anual, eu julgo que bi-anual como feira de actividades era suficiente, até porque existem feiras de grande dimensão no país e no estrangeiro que são bi-anuais. Em relação a Mirandela, era preciso urgentemente, e até no âmbito do tal pólo tecnológico que vocês têm em mente, pois tudo isto interliga-se, era construir um espaço multíusos com qualidade que permitisse a dinamização da feira.

Veja-se, por exemplo Valpaços, aqui ao lado, com a sua feira do Folar e achou que não necessitava de ir para feiras de actividades mais abrangentes, encontrou um nicho que lhe garante dimensão e projecção além fronteiras. Se calhar o nosso nicho aqui da Reginorde inicial era essa feira regional de actividades que os outros concelhos não tinham na altura, mas se calhar esse modelo já está ultrapassado. Existe a necessidade de encontrar um novo modelo de feira, mantendo, no entanto, o mesmo objectivo, garantindo-lhe dinamização e uma projecção além fronteiras.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu acho que os presentes comentários devem ser transmitidos à Associação Comercial, porque grande parte dos comentários do Senhor Arq.º dizem respeito à Associação Comercial. A Câmara Municipal há longos anos, assumiu que a Reginorde é uma feira de actividades da responsabilidade exclusiva da Associação Comercial e quando eu digo exclusiva é evidente que nós apoiamos como qualquer actividade que seja realizada em Mirandela, e participamos sempre tentando mostrar aquilo que temos de melhor que é a Exproarte, embora na sua perspectiva, a Exproarte não devesse ser utilizada ali é como “deitar pérolas a porcos”, mas cada qual tem a sua avaliação. Eu gostava de dizer que qualquer orientação da Reginorde, se calhar, concordo até com alguns comentários que fez, como é evidente, todos nós concordamos. No entanto, o princípio que temos desenvolvido em relação à feira Reginorde, é que ela é da responsabilidade e da orientação da Associação Comercial, a nossa participação é tão ligeira, que normalmente participamos como convidados e nunca como organizadores, isso é visível. A Câmara assume apenas um papel social de apoio.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Quem lançou a Reginorde foi a Câmara Municipal. Há uma ligação histórica com esse evento, para além desta, a Câmara tem por obrigação ser uma parte interventiva desse evento, se quer garantir qualidade.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu lembro-me quando a Reginorde começou, a Reginorde começou em 1982 e quando esta começou não havia nenhuma feira de Actividades na região. Depois apareceu a feira de São Pedro, depois foram aparecendo outras feiras de Actividades. E até apareceu depois o NERBA como pavilhão multiusos. O panorama mudou nestes últimos quase 20 anos e a questão realmente, repito eu, só lhe posso dizer que quanto a algumas considerações que fez, concordo consigo.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Depois do que li no jornal, que até querem até fazer um concurso de “Misses”!!!!

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu considero que a Reginorde é uma actividade da responsabilidade, da organização da Associação Comercial e com o apoio da Câmara como sempre teve essa e que terá qualquer outra actividade que nos seja proposta quer pela ACIM quer por qualquer outra actividade. Em relação à discussão da criação de feiras temáticas regionais, eu acho que essa é uma discussão muito interessante porque, como disse e muito bem se a Reginorde é um bom exemplo de “pão e circo”, então se calhar a feira do foliar será muito mais, porque até já tem o pão, digamos que é o foliar então o circo é feito por quem? Nesse caso será mesmo pelo Senhor Presidente da Câmara que até o assume. Se aqui nos acusam que a feira regional seja pão e circo, na feira do foliar já está perfeitamente definido porque já temos o pão.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: É preciso saber-se diferenciar se pretendem um circo para entreter a população então esqueçam a feira e concentrem-se nos espectáculos lúdicos. O que eu disse depois a seguir foi, se pretenderem dinamizar a economia regional, então focalizarem o evento como feira de actividades apenas. Agora neste momento nem é carne nem é peixe. E eu vou à Exponorde, vou à Expo-Batalha, vou a outras actividades, inclusive falei com alguns comerciantes que estavam lá, daqueles de Mirandela que vão a essas exposições, que vão a Madrid promover os seus produtos, os produtos da região e quase que estiveram que estar ali presentes por favor, porque até parecia mal. E entretanto, disseram que era impossível, primeiro porque para negócios não fazem negócios nenhuns lá. Para além das condições não serem as melhores.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Concordo consigo, agora torno a responder que esses comentários têm que ser feitos e endereçados à Associação Comercial.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Não se preocupe que o Presidente da Associação Comercial vai saber disso, eu até lhe envio a acta depois.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Quando foi apresentada, a Câmara estava na mesa de apresentação.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: A Câmara está em tudo.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Isto para lhe dizer que a sua influência nas suas orientações estratégicas da feira podem ser dadas também pela Câmara.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Não podem, a Câmara não participa no conselho consultivo nem executivo da feira, a Câmara dá orientações estratégicas, a influência não existe em termos práticos, ou estamos no conselho executivo e então aí participamos e trabalhamos ou não estamos e neste caso nós apoiamos todas as actividades do concelho, todos os fins de semana, nas mais diversas circunstâncias.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Já pensaram em estudar um outro modelo diferente?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: A questão do pavilhão multiusos será incluído no Plano Pormenor, porque o Plano Pormenor chega à Reginorde.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Acha que ali é o sitio para o pavilhão multiusos?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Senhor Arquitecto, sabe melhor que eu que o objectivo do Plano Pormenor é primeiro estudar, depois discutirmos e depois decidirmos, por isso não lhe vou responder nem que sim nem que não.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Eu não considero, se queremos dar expansão ao espaço não considero que seja o local ideal para isso.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Só não concordo com o centro comercial de comércio tradicional, agora o Plano Pormenor irá orientar ou para a destruição efectiva de tudo o que lá está ou para a recuperação e isso terá que ser discutido em função desse Plano Pormenor. Em relação à feira, torno a repetir que a Câmara apoia uma actividade como apoia qualquer outra actividade, não participa nem de forma executiva nem de forma consultiva na concepção da feira.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Jardins do Parque Dr. José Gama.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: No requerimento, pedia: ordens de pagamento dos honorários que era ao CIPJP e aos criadores dos jardins até à data, ordens de pagamento e respectivas facturas para a data de fornecimento de materiais, plantas, elementos construtivos adquiridos para a execução dos jardins, ordens de pagamento relativas aos encargos para a instalação da rede de rega e disponibilização da rede eléctrica para a obra, por último, número de funcionários da Câmara Municipal afectos à execução dos jardins, por administração directa.

O que eu recebi foi uma requisição externa de despesa no valor de 22.000 euros que é o valor total que a Câmara terá que pagar ao CIPJP, parques e jardins e eu em relação ao requerimento não recebi nada. Pretendo ter a informação que pedi, e desde já pretendo saber se a percentagem da 1ª tranche já foi paga, conforme o contrato. O mesmo refere que 40% tem de ser pago com a assinatura do presente contrato. Pretendo acrescentar ao meu requerimento, o Plano de Implantação Final e a lista das acções a realizar por sector, documentos esses que de acordo com o contrato serão fornecidos em Maio de 2006, estamos em Junho, portanto, julgo que já devem estar disponíveis E queria também saber se os criadores dos jardins, que iriam receber 3.000 euros, já receberam ou não, e gostava de saber porque é que a obra parece estar parada.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO perguntou: Já agora se me permite, eu gostaria de perguntar, quando e onde é que vai ser construído o campo de voleibol?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Brevemente lhe transmito, mas em princípio se tudo correr bem no próximo mês já teremos o campo disponível. Quanto às questões do Senhor Arq.º, eu tomei nota e na próxima reunião ser-lhe-ão entregues esses documentos.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Eu fico satisfeita, porque de facto é nos meses de Julho e Agosto que os miúdos costumavam fazer os campeonatos de voleibol de praia. Lamento se este verão não for possível, mas de qualquer maneira congratulo-me com a iniciativa. Esperemos que esteja concluído ainda neste verão.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: E em relação às minhas intervenções e aos jardins porque é que aquilo está parado?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Porque à questões que estão a ser acertadas em relação aos projectos e coisas que estão a ser construídas nomeadamente, esteve aí uma equipa que esteve a construir alguns elementos e há outras equipas que estão e não vamos avançar enquanto isso não estiver coordenado, porque há elementos construtivos que são da responsabilidade das equipas, há coisas que são da nossa responsabilidade, mas há elementos construtivos que são da responsabilidade das equipas, no caso dos que cá estiveram, o jardim tem um conceito de ilha e eles estiveram a construir as ilhas que depois vão ser instaladas e vai ter que se coordenar a vinda deles para instalar essas ilhas e instalar os diversos elementos. Em relação aos prazos é a primeira vez que tivemos alguns problemas, mas julgo que durante mês de Junho ou Julho teremos tudo resolvido.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: A fazer plantações, nessa altura?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: As plantações não têm grande problema, estes jardins que estão a ser executados não são bem jardins na perspectiva dos jardins floridos.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Eu sei, eu conheço o modelo, já mas são festivais de maior dimensão são intervenções de regeneração e requalificação de espaços urbanos, tipo como foi o da Expo98.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: São intervenções de paisagem em que nesta fase parte de jardim tradicional e como quatro deles são dedicados à água os mais difíceis são os elementos de água que são associados.

Notícia do Jornal.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: No seguimento disso, eu leio aqui uma notícia sobre os jardins ambulantes e vejo que a iniciativa vai servir como um ensaio para o Festival Internacional de Plantas Aromáticas que a edilidade mirandense pretende organizar este ano. Esse evento fora anunciado há cerca de dois anos pretendem organizá-lo este ano tendo como palco a Zona Verde e o novo corredor ao longo da Ribeira de Carvalhais. A ideia passa por parcelar 30 talhões a distribuir por arquitectos, paisagistas, botânicos, artistas.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO perguntou: Isso é notícia deste ano?

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA respondeu: É de 30 de Maio de 2006 e eu faço a seguinte observação, espero que a qualidade do projecto que foi elaborado no GAT e portanto, tenho conhecimento e que vem valorizar a Ribeira de Carvalhais, muito embora a obra tem sido de alguma forma prejudicada com contínuos cortes orçamentais, afectando a qualidade urbanística da mesma no meu entender. Espero que a intervenção da Ribeira de Carvalhais não venha a ser utilizada para a organização desse festival, porque já o Dr. Silvano mencionou qualquer coisa desse género numa das reuniões anteriores. Por isso eu espero que esses 30 talhões não venham afectar essa obra que considero ser uma obra de qualidade para Mirandela.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Não vai.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Então se não vão para ali, julgo que não deverão ir para a Zona Verde.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Também não tem 30 talhões.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Então é preciso rectificar isso com o jornal, porque tais talhões iriam descaracterizar as intervenções urbanísticas que foram cuidadosamente estudadas, quer na Ribeira de Carvalhais quer na Zona Verde.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Em princípio o festival que nós estamos a preparar, como é evidente evolui-se um pouco nisto da paisagem, como sabem já há um Festival de Jardins a nível nacional, nós não estamos a pensar fazer Festival de Jardins, estaremos mais a apontar naquilo que o arquitecto disse, intervenções em paisagem urbana e intervenções localizadas quando tal o justificarem, por isso não vamos fazer conceito rígido de Festival de Jardins. Esta zona que está a ser construída será uma zona de apoio, porque tem bares e tem outras áreas de lazer, a outra zona poderá ser de apoio ao nível da planta e a valorização da planta essencialmente, como se fala em termos de aromáticas, que é aquela componente agrícola que ela tem, que já estava prevista no projecto só que mais associada não à horta mas ao jardim, mas dentro da mesma perspectiva do projecto, nomeadamente, nós vamos colocar a concurso brevemente.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Buracos em Arruamento Público junto ao Hospital.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Vieram-me transmitir que existia algum descontentamento por parte dos moradores, junto do Hospital, devido às viaturas da empresa de gás, que como se deslocam com frequência ao estaleiro, acabam por danificar a estrada. Como é uma estrada em terra batida provoca danos aos moradores. Tem algum conhecimento Senhor Eng.º?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Eu acredito que a empresa do gás também o possa fazer, mas é assim, essa estrada, como sabe, basta chover para que ela fique cheia de buracos ou basta a circulação que tem normal. A única coisa que lhe posso responder é que em relação à empresa de gás nós vamos verificar se isso realmente acontece, eles em tempos tiveram lá um estaleiro, acho que já não têm, quando andaram ali a fazer a intervenção, nós estamos a preparar o projecto para abrir o respectivo concurso, por isso, pode ter acontecido. Eu sei que tiveram lá um estaleiro, mas foi quando andaram a fazer aquela ligação até ao hospital. De qualquer das maneiras, nós fazemos cargas quase permanentes naquela rua, porque basta chover para ficar logo cheia de buracos e esperamos pôr a concurso, brevemente também a intervenção para resolver de forma definitiva essa situação. Vamos ver o que é que se passa, porque se for a empresa do gás que é responsável, terá que fazer alterações naturalmente.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO perguntou: Quer dizer que a pavimentação está prevista para breve?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Sim, estão agora a ser feito um projecto e os acertos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Obra Ilegal na Rua do Convento.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Uma outra questão que me foi chegando, foi de uma situação de uma obra ilegal, que acho que estava a ser desenvolvida na Rua do Convento, o Senhor Eng.º tem alguma informação sobre isso?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Tenho, nomeadamente o e-mail que veio para mim veio para vocês também. Em função daquilo que foi dito, foi uma obra que foi transmitida aos fiscais, foi embargada dia 24 de Maio, tem um processo de contra-ordenação, um procedimento perfeitamente normal.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Serviços de Desinfecção Animal.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Chegou-me ainda também uma situação de uma questão de desinfecção animal que acho que a Câmara recorrem aos serviços de Vila Real.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO perguntou: Animal ou das ruas? Se for das ruas, não, recorremos à AJAP, que é de Mirandela. Se for desinfeção animal, não lhe posso responder. Quando são situações de ajuste directo, quando nós chamamos uma empresa até 5.000 euros e mandamos fazer um trabalho a empresa que nós chamamos é a AJAP, quando é acima de 5.000 euros nós tivemos que consultar três empresas e a que ganha é a que der o valor inferior. Há tempos nós tivemos uma desratização no Cachão, eu não sei se esse valor é a cima ou a baixo dos 5.000 euros, mas se esse valor for a cima dos 5.000 euros são consultadas três empresas, a empresa que tem o valor inferior é aquela que é adjudicada.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: A questão aqui era que se eu acho que na questão de preferência deveria ser uma empresa de Mirandela a desenvolver este tipo de serviços, mas eu vou trazer mais objectivamente essa questão.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Só para complementar esse assunto, saiu recentemente um despacho da Câmara no sentido de que aquisições de determinado valor serem efectuadas consultas, e consultas de preferência a empresas de Mirandela. A partir de um valor até bastante reduzido, que são 200 euros.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Visita do Sr. Embaixador de Cuba.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: Esta questão é para o Dr. Silvano: Já foi feito algum balanço da visita do Senhor Embaixador de Cuba da sua permanência e preferência na visita a este concelho? O Senhor Eng.º não sabe? Como Vereadores da oposição, gostaríamos de saber quais as vantagens que daí advieram, se é que as houve, porque como houve alguns gastos de dinheiros públicos, nós temos o direito de saber.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Não, não sei. Ficará registado em acta e o Senhor Presidente responderá na próxima reunião.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Facturas de Telefones a partir de Setembro 2005.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Uma outra questão também era se me podiam facultar algumas facturas discriminadas de telefones da Autarquia desde Setembro de 2005.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Solicitava-lhe que fizesse um requerimento e identificasse os telefones para pedir.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Publicitação de concursos de recrutamento e de selecção, serviços de aquisição e de empreitadas na Internet.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Já agora também uma sugestão, quando é que vamos ver a Câmara de Mirandela a publicitar os concursos de recrutamento e de selecção na Internet, bem como alguns serviços de aquisição e de empreitadas?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu julgo que já circulou um despacho interno a dizer às secções que todos os editais que sejam publicados sejam enviados para o gestor da página para que faça a publicação, alguns têm sido publicados, porque por exemplo o caso da secção de obras municipais o envio dos editais, normalmente é feito com o meu conhecimento, é feito via e-mail, mas julgo que toda a gente estará a cumprir globalmente.

----- O Senhor Vereador Arq. NUNO DE SOUSA perguntou: Quem é o gestor da página?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: É o Chefe de Gabinete do Senhor Presidente.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

1º Open Internacional de Parapente na Serra dos Passos.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Relativamente a uma outra questão, ficamos muito contentes e é um grande prazer para nós, ver o Dr.º Silvano acatar as nossas ideias, nomeadamente os apoios ao I - Open Internacional de Parapente na Serra dos Passos, e inclusive apresentar esses eventos na página oficial da câmara. Fazemos votos para que se retire a melhor oportunidade criada por este evento.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Área de Localização Empresarial.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Foi apresentada em Bragança uma Área de Localização Empresarial, perguntava também quando poderemos ver isso em Mirandela?

Já agora perguntava se entende a importância estratégica destes espaços para as empresas e para as suas futuras dinâmicas?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Em relação ao Open de Parapente, gostava de dizer que já não é o primeiro ano que há um Open em Mirandela e que a Câmara apoiou este como apoiou os outros, felizmente se calhar a sua inclusão no calendário vem em fruto da boa organização que ele tem tido ao longo dos anos e do aumento das condições de apoio que nós temos dado. O Open de Parapente como qualquer outra actividade é retributiva para nós, pelas pessoas que nos visitam, essencialmente e pela imagem que traduz da nossa região. O apoio já no ano passado e nos outros anos, no âmbito do protocolo do Aero clube foi sempre pressuposto o apoio. Em relação às áreas de localização empresarial, eu gostava de dizer o seguinte: a primeira candidatura a áreas de localização empresarial que houve foi apresentada pela Câmara Municipal de Mirandela, em conjunto com as outras quatro Câmaras da Terra Quente e isso foi realizado ainda no tempo do Ministro Carlos Tavares e foi apresentado na altura da única maneira que pode ser, porque acho que é importante lermos o que diz o Decreto Lei, que é intenção da área empresarial, porque foi publicada uma legislação que também nunca foi regulamentada e foi prometido uma linha de financiamento que nunca foi regulamentada, o que significa que quando o Ministro, na altura Carlos Tavares, se deslocou a Mirandela, foi-lhe apresentado um dossier com a chamada área de localização empresarial da Terra Quente que pressupunha que os cinco municípios disponibilizavam áreas comuns e que a gestão das cinco áreas era feita de forma comum. O que o Senhor Eng.º Nunes nos apresentou agora, eu não sei muito bem o que é, porque eu não conheço nenhuma área de localização empresarial em ambiente urbano e ele disse claramente numa entrevista que esta área de localização empresarial não era na Zona Industrial era em ambiente urbano. Eu gostava até de o interrogar, a que área de localização empresarial ele se refere? Foi solicitado ao Primeiro-Ministro, tal como foi solicitada uma plataforma logística que não está prevista no plano nacional. Uma área de localização empresarial é um espaço gerido de forma pública ou privada identificada e funciona na perspectiva de um condomínio fechado, se me disser que a sede da área de localização empresarial é realizada em ambiente urbano, eu até posso concordar, agora quando a afirmação que eu li e também leram no jornal certamente, o que disse o Senhor Eng.º Nunes foi que não era uma área de localização a localizar na Zona Industrial, era uma área de localização a fazer na zona urbana e eu gostava de saber como é que se faz uma área de localização numa zona urbana, não é a sede, é evidente que a sede até pode estar localizada em qualquer parte, isso não tem nada a ver, agora nós temos um exemplo de uma área de localização empresarial aqui na zona, temos uma, que é a plataforma logística de Chaves, que foi identificada pelo Governo e foi apontada pelo Governo, em todos os planos.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Em termos de Zonas Industriais o que é que está previsto com o futuro PDM aqui de Mirandela?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: O PDM tem duas orientações: uma é a actual zona, que eu posso-lhe chamar oficial e é possível expandi-la até um certo limite urbano porque tem capacidade para isso, mas não lhe chamaria industrial, a outra passa pelo nó do IP4, que é o nosso nó principal e a criação de uma.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: E para Vila Flor?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Para a zona de Vila Flor não está nada previsto.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Em relação aos "Móveis Lindolar" e aquela zona toda?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: São áreas que vão ter que ser fechadas, porque não se pode permitir que isso continue, no PDM tem que trazer orientações claras em que não podemos continuar a dispersar a localização industrial por todos os pontos da região, essas áreas têm que ser fechadas.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: A Câmara também pode evitar isso de alguma forma, o PDM estipula requisitos mínimos ou máximos consoante as situações.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Hoje em dia uma utilização industrial como sabe já parametrizada, porque hoje a utilização industrial se não for numa área aprovada já é difícil de ser licenciada.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Promoção da Cidadania Europeia Activa

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: O Jornal Oficial da União Europeia apelava para se apresentar até 30 Maio "Candidatura de Promoção da Cidadania Europeia Activa", no sentido de incentivar a participação activa dos cidadãos em actividades ligadas ao aprofundamento da Integração Europeia, bem como desenvolver uma Cidadania Europeia Activa e Participativa, foi efectuada alguma candidatura nesse sentido?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Que eu tenha conhecimento, não.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01 – Órgãos da Autarquia – Informação do Senhor Presidente.
01/01 – Justificação de Faltas.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Queria apenas informar que o Senhor Presidente da Câmara não está presente porque hoje realiza-se uma reunião da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Projecto para medidas na AIP (VCI) e o Senhor Presidente teve que estar presente, motivo pelo qual hoje não nos acompanha.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta do Senhor Presidente.

01/02 – Conhecimento de três protocolos, que se dão por reproduzidos.

Foram presentes cópias dos protocolos celebrados entre o Município de Mirandela e:

- ABC Child Care Uk Lda., com sede no Reino Unido;
- Instituto Piaget, sobre Plano de Controlo de Perdas na Rede de Distribuição de Água Potável;
- Instituto Piaget, implementação do Agro-Polo Mirandela e da Marca “MDL Qualidade Superior”

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Apenas dizer que são apresentados três protocolos, que foram realizados pela Câmara, são protocolos para conhecimento, uma vez que nenhum deles é gerador neste momento de custos, de qualquer das maneiras se houver alguma dúvida eu posso esclarecer.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/03 - Informação Financeira

Em cumprimento de Deliberação do Executivo de 18 de Janeiro de 2006 sob Proposta do Senhor Vereador Arq.º Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, considerando que o intuito manifestado é o conhecimento actual da Dívida da Câmara Municipal, cumpre-nos informar do seguinte:

1.º Saldo transitado em tesouraria de 2005 e utilizado em pagamentos em 2006	241.842,13€
2.º Valor acumulado de receita cobrada desde 1 de Janeiro a 31 de Maio	8.103.498,91€
3.º Total de despesa paga desde 1 de Janeiro a 31 de Maio	7.684.625,36€
4.º Saldo da Tesouraria em 31 de Maio	660.715,68€
5.º Valor em dívida a Instituições Bancárias a 31 de Maio	6.493.818,76€
6.º Valor acumulado da dívida a empreiteiros e fornecedores em 31 de Maio	3.792.763,96€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02 - Acordo de Cooperação de Unidades Móveis de Saúde.

----- Foi presente o acordo de Cooperação de Unidades Móveis de Saúde que a seguir se transcreve:

“As crescentes e justas exigências das populações em termos de qualidade e de prontidão de respostas aos seus anseios e necessidades em matéria de saúde, aconselham ao aprofundamento do relacionamento entre instituições, no sentido de otimizar os recursos financeiros, materiais e humanos.

Assim, tendo por objectivo a melhoria da prestação de saúde à população do concelho de Mirandela, otimizando recursos e aproveitando sinergias, é celebrado o presente Acordo de Cooperação entre:

A) – **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE**, representada pelo Coordenador da Sub-Região de Saúde de Mirandela, como primeiro outorgante;

B) – **CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA**, representada pelo seu Presidente, como segundo outorgante;

C) – **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MIRANDELA**, representada pelo seu Provedor, como terceiro outorgante, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª

(Objecto)

O presente acordo tem como objectivo o funcionamento de uma “Unidade Móvel de Saúde”, adiante designada por “UMS”, no concelho de Mirandela, especialmente vocacionada para a prevenção, vigilância da saúde, prestação de cuidados de enfermagem à população, nomeadamente mais idosa e com dificuldades de acessos à Sede ou Extensões do Centro de Saúde Local.

CLÁUSULA 2ª

(Obrigações das partes)

I - Compete ao primeiro outorgante:

a) Disponibilizar diariamente um enfermeiro do Centro de Saúde de Mirandela para o funcionamento da Unidade Móvel de Saúde.

b) Fornecer o material médico-cirúrgico e material consumível a utilizar na prestação dos referidos serviços, bem como o fornecimento de todo o material de apoio a referida prestação de cuidados, designadamente recipientes para acondicionamento e transporte de resíduos recorrentes.

2 - Compete ao segundo outorgante:

- a) Custear em 25% o valor total da aquisição da viatura, considerando esta com o equipamento fixo adequado ao funcionamento da UMS.
- b) Disponibilizar mensalmente o vencimento correspondente à categoria de motorista, no horário que venha a ser estipulado ao funcionamento da UMS, bem como o combustível e a assistência técnica, com uma revisão mensal a realizar nas oficinas camarárias, necessária à viatura.
- c) Assegurar os custos de seguro da UMS e seus ocupantes, durante a vigência do presente Protocolo.
- d) Responsabilizar-se pelos cuidados de limpeza na referida viatura.
- 3 - Compete ao terceiro outorgante responsabilizar-se pela apresentação de uma candidatura ao programa “Saúde XXI”, com vista ao financiamento dos restantes 75% do total da aquisição da mencionada viatura.
- 4 - Constitui obrigação conjunta do primeiro e segundo outorgantes a definição das áreas populacionais a abranger, bem como a avaliação trimestral do seu funcionamento e da sua mais-valia para a população da área de saúde abrangida.

CLÁUSULA 3ª

(Incumprimento do Acordo)

O incumprimento, por uma das partes, quanto às obrigações assumidas no âmbito do presente Acordo, dará origem à sua resolução por qualquer das partes restantes, implicando o dever de indemnização dos eventuais prejuízos decorrentes do incumprimento.

CLÁUSULA 4ª

(Vigência)

O presente Acordo entra em vigor na data da aquisição da viatura, sendo válido por um ano, sucessiva e tacitamente renovável, por iguais períodos de tempo, se não for denunciado por qualquer uma das partes.

CLÁUSULA 5ª

(Denúncia do Acordo)

Verificando-se esta última situação, a parte que pretender denunciar o presente Acordo terá de avisar os outros outorgantes da sua intenção, por escrito e com antecedência mínima de 30 dias a contar da data do fim do contrato ou da sua renovação.

CLÁUSULA 6ª

(Regulamento de Financiamento da Unidade Móvel de Saúde)

Na mesma data da celebração deste Acordo de Cooperação, será aprovado e assinado o Regulamento de Funcionamento desta UMS, o qual ficará anexo ao mesmo, dele ficando a fazer parte integrante.

CLÁUSULA 7ª

(Colaboração)

Todos os outorgantes se comprometem a assegurar uma estreita colaboração na prestação destes serviços e a resolver, por consenso, eventuais questões que se levantem no âmbito da execução do presente Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA 8ª

(Alterações)

As alterações ao presente Acordo carece, do prévio consentimento de todos os seus intervenientes.”

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Queria tecer algumas considerações antes de ir a votação. Na acta de 01 de Fevereiro de 2006 o Senhor Presidente disse: “Ao Senhor Vereador que não se prenuencia sobre assuntos político-partidários mas informa que em Mirandela já vamos mais além da qualidade de saúde do que da quantidade, esperem mais três ou quatro meses para verem o que estes carros vão levar a esses concelhos”. Lembrou também que esses veículos se destinam exclusivamente para fazer tratamentos a doentes com enfermeiros e pessoal auxiliar. Isto foram respostas que o Senhor Presidente deu na sequência de uma intervenção que eu fiz sobre o facto de o Município de Macedo de Cavaleiros ter uma Unidade Móvel de Saúde e de estar a ter um grande sucesso com essa iniciativa. O Senhor Presidente entendeu que não é este o caminho, e vejo agora, o Acordo de Cooperação, o que nos leva a crer que o Senhor Presidente deve ter ponderado, e ainda bem que ponderou e hoje é feita a sua inclusão na agenda desta reunião camarária Finalmente temos uma proposta que vem valorizar a prestação de um Serviço de Saúde de qualidade, à população mais idosas nas zonas mais rurais.

Pretendo também deixar registada a seguinte consideração para aqueles que têm por hábito nos seus discursos políticos considerar as ideias e projectos do CDS/PP, como exemplos de pura demagogia, de que afinal, nós tínhamos razão no que se refere à criação de Unidades Móveis de Saúde. Este projecto apresentado, pelo Arq.º Domingos Doutel aos Mirandelenses durante a campanha eleitoral, e é em abono da verdade uma proposta séria e responsável que visa melhorar o acesso aos cuidados de saúde de qualidade à população às nossas aldeias, principalmente idosos e carenciados que não têm a possibilidade de se deslocarem a Mirandela ou a outras extensões do Centro de Saúde. Consideramos que a implementação de uma Unidade Móvel de Saúde devidamente equipada e com técnicos qualificados, vai garantir um melhor serviço de colectividades de enfermagem e de vigilância da saúde, por isso, felicitamos Macedo de Cavaleiros, Carrazeda de Ansiães e outros Municípios aderentes a este projecto que têm recebido com uma grande aceitação, por parte da população que usufrui desses serviços de saúde. Por último, congratulamo-nos com a rendição do Senhor Presidente às nossas evidências sobre este assunto e desde já sei que o fará com um gesto de humildade, na próxima reunião, porque isso só o dignificará com autarca, que é reconhecer a nossa posição em relação a este assunto.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu gostava de comentar, queria solicitar ao Senhor Vereador Hernâni que se não se importasse se podia ir ao manual que costuma trazer, sobre o nosso programa eleitoral, na última página, que fala em saúde, se não se importa. Eu gostaria de ler para que fique em acta. “ Promoção do acesso a cuidados de saúde primários nas populações mais afastadas, quer por utilização de meios móveis, quer pela utilização de transportes municipais”, eu acho que tenho

que ser claro, quando falamos, isto não foi impresso agora, nem na semana passada, o que foi criticada na demagogia do CDS/PP, não foi a iniciativa, foi a utilização de um veículo disfarçado de ambulância a circular nas nossas estradas, que provocou, nomeadamente alguma confusão nas pessoas que aí andavam. Em política tudo pode ser aceitável, se vocês consideram que essa atitude é aceitável, acho muito bem que a tenham utilizado. O que foi criticado foi isso. O que eu estou a dizer está no nosso programa, não o inventei agora, o que sempre nós dissemos, foi que nos protocolos que nos foram apresentados não participava o Centro de Saúde com técnicos do Centro de Saúde. A ver se nos entendemos, há uma diferença grande neste protocolo e vamos falar do caso de Alfândega da Fé, em que havia um médico estrangeiro, que andou vários meses sem receber ordenado, a fazer cuidados de saúde no meio das populações e o que o Senhor Presidente sempre disse, foi que nós nunca avançaríamos para uma situação que não tivesse a participação e a colaboração do Centro de Saúde. Quem presta cuidados de saúde é o Centro de Saúde. O responsável pelos cuidados primários de saúde é o Centro de Saúde. O único motivo porque aparece a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia é que o veículo de financiamento que é "Saúde 21", é a mesma situação que a situação do Centro de Saúde de Mirandela, porque motivo está a Câmara Municipal a construir um Centro de Saúde em Mirandela? Porque o "Saúde 21" financia a Câmara de Mirandela, via A.R.S., o princípio é sempre o mesmo, por esse mesmo motivo, não vamos entrar aqui na discussão de quem disse ou não disse, como digo o programa foi feito na mesma altura eleitoral, a única coisa que nós não utilizamos foi carros pintados de ambulâncias a circular no meio da população.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Primeiro de tudo, o que foi utilizado, foi utilizado para exemplificar o que poderia ser uma mais valia para Mirandela, caso estívéssemos desse lado a gerir a Autarquia, seria logo implementado, exactamente como fez Macedo de Cavaleiros, Carrazeda de Ansiães e Vila Pouca de Aguiar. Os comentários efectuados foram registados em intervenções políticas públicas que tiveram lugar na Assembleia Municipal, principalmente no discurso do Sr. Presidente.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO perguntou: O que eu lhe pergunto é quem é que assumia os custos dessa vossa intervenção?

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES respondeu: Como é que nós podemos estar a falar em custos, quando o que se pretende aqui é resolver problemas sociais graves às populações idosas do mundo rural, pelo que todos estes custos terão que ser minimizados! Porque nós vemos as dificuldades que as pessoas das aldeias têm quando vêm à cidade, ao médico e a pouca dignidade com que são atendidas no Centro de Saúde. Com isto não quero dizer que o Centro de Saúde tenha culpa, simplesmente não tem condições nem físicas, nem humanas para o fazer. Por isso a alternativa seria facilitar a vida levando um carro saúde até ao seu habitat.

O interesse deste concelho e da sua população deve estar em primeiro lugar e por isso independentemente de ter sido A ou B a propor a criação destas Unidades Móveis de Saúde, essa ideia deveria ter sido logo aproveitada e eu congratulo-me que agora esteja a ser, lamentando o facto de não ter sido já efectuada.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Se me permite, esta iniciativa não é de agora, em 2001, 2002 a mesma foi apresentada aos Mirandelenses pelo Senhor Arq. Domingos Doutel, e saliento ainda para o facto de o Senhor Dr. Adão Silva ter reconhecido publicamente numa rádio que a iniciativa tinha vindo do Senhor Arq.º Doutel, de modo que o Senhor Presidente deveria seguir as pegadas do Senhor Dr. Adão Silva no que refere a este assunto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o anteriormente transcrito Acordo de Cooperação de Unidades Móveis de Saúde, que se dá por reproduzido, e dar poderes ao Senhor Presidente para proceder às necessárias assinaturas.

03 - Proposta de Adesão ao Plano Nacional de Ecovias.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 3954 de 17/05/2006 subscrito pelo Senhor Director do Património Imobiliário que é do seguinte teor:

"Acusamos a recepção da Vossa carta em epígrafe e manifestamos a nossa satisfação quanto à potencial adesão do Município de Mirandela, ao Plano Nacional de Ecopistas que temos em curso.

Na realidade, de forma institucional, a REFER enquanto gestora da infra-estrutura ferroviária tem procurado, no que concerne aos antigos canais ferroviários desactivados, protocolá-los com os respectivos Municípios.

Este Plano de reconversão dos antigos canais em Ecopistas, segue em linhas gerais o mesmo modelo que com sucesso tem sido implementado ao longo das últimas dezenas de anos noutros países, onde a designação usada é "Greenways ou Voies Vertes ou Vias Verdes". Todo este movimento a nível Europeu, deu origem à Associação Europeia de Vias Verdes, (<http://www.aevw-egwa.org/>).

Naturalmente que a Associação, não abarca somente a rede de Vias Verdes resultantes de canais ferroviários desactivados, mas também, todos os percursos pedestres, ciclovias e de qualquer outra utilização não motorizada e que respeitem o Conceito e Definição de "Vias Verdes" e também, a Declaração de Lille, documentos que constam do sítio da web atrás mencionado.

A experiência portuguesa nesta área é muito diversificada e têm dependido das diversas instituições, Municípios, Associações e Agentes de Desenvolvimento local que sentem a necessidade de proporcionar às respectivas comunidades e a todos os seus visitantes um contacto próximo com o seu Património natural, arquitectónico monumental e histórico.

Por outro lado são cada vez mais reconhecidas as múltiplas vantagens para o País, para as Regiões e para as Comunidades Locais em preservar os antigos canais ferroviários, requalificando-os em Ecopistas:

- Salvaguardam-se os antigos canais de mais ocupações ilegítimas (dado o atraso com que avançamos para o Plano não o conseguimos evitar a 100%) criando-se uma verdadeira bolsa de oportunidades para futura reutilização em termos de Transporte e Mobilidade;

- Permitirá dar um excelente contributo para uma futura Rede (mais ou menos 500 a 600 Kms a nível Nacional) de “Vias Verdes”, “Vias Cicláveis”, “percursos pedestres”, “percursos da natureza” etc...;
- Permitirá contribuir para um novo tipo de oferta Turística ligada ao Ecoturismo / Turismo da Natureza;
- Permitirá contribuir para o combate à desertificação de variadíssimas regiões e espaços rurais potenciando empregos locais;
- Permitirá de algum modo, contribuir para a Estratégia Nacional de desenvolvimento Sustentável que venha a ser definitivamente aprovada a nível Nacional;

Neste contexto e considerando a disponibilidade de V. Ex.ª, enviamos minuta de Protocolo que em tudo respeita, idênticos acordos firmados com os diversos Municípios que até ao momento aderiram ao Plano. O Estudo Prévio do Projecto Paisagístico será adjudicado pela REFER, após consulta ao mercado e irá abranger todo o percurso desactivado que compreende também, os Concelhos de Macedo de Cavaleiros e Bragança que por ora, não aderiram ao Plano Nacional de Ecopistas.

Se a minuta merecer a aprovação de V. Exas, agradecemos a Vossa confirmação de forma a transmitirmos o processo a nível superior.

Compete-nos também informar que para efeitos de ECOPISTAS, no Vosso Concelho, só será elegível o espaço canal que fica, a Norte do km términos do metro de Mirandela (km 58,223), até ao limite inicial do Concelho de Macedo de Cavaleiros (km 71,693). Na expectativa das Vossas prezadas notícias ficamos ao dispor de V. Exas.

Com os melhores cumprimentos.”

----- Este requerimento vem acompanhado de uma Minuta Tipo entre a Rede Ferroviária Nacional – REFER, EP e o Município de Mirandela que se dá por reproduzida.

----- Em 01/06/2006 o Senhor Vice-Presidente Eng.º António Branco emitiu o seguinte despacho:

“Depois de um conjunto de contactos anteriores e algumas diligências individuais a REFER apresentou à Câmara Municipal uma proposta de adesão ao Plano Nacional de Ecovias.

Em específico e à semelhança do que acontece já em outras vias ferroviárias desactivadas trata-se de um contrato de concessão de bens de domínio público ferroviário que pressupõe uma taxa de concessão de 250€/km por ano, num total de 3.368€/ano, nos primeiros cinco anos e sujeito a actualizações nos anos seguintes como bem explicito é na minuta anexa.

A Câmara desenvolve já contactos via LEADER+/Desteque com intervenções na zona de Zamora e em Itália, tendo em vista a candidatura a fundos de cooperação e existe consenso quanto à forte elegibilidade deste tipo de projectos em qualquer outro tipo de programa comunitário.

Tendo em conta que o Estudo Prévio será responsabilidade da REFER e que é fundamental garantir operacionalidade e celeridade ao processo de projecto e candidatura, proponho a aprovação da minuta de protocolo em anexo, nos termos financeiros propostos e a delegação no Ex.mo Presidente da Câmara Municipal dos poderes necessários à assinatura do respectivo contrato.”

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Começo por dizer que esta proposta peca por tardia, pois no mandato anterior, um Vereador do CDS-PP sugeriu que se fizesse uma recuperação da linha férrea desactivada entre Mirandela e Macedo de Cavaleiros, incluindo a recuperação de apeadeiros, inclusive exemplificando algumas ecovias já executadas na Galiza entre outras regiões. Tal como o assunto anterior, é uma proposta que iríamos implementar, faz parte dos nossos compromissos eleitorais, congratulamo-nos pelo facto de a REFER ter mostrado iniciativa e que este protocolo tenha vindo para discussão e aprovação de forma tão célebre.

Para além das intervenções de requalificação discriminadas e que serão previstas no estudo prévio da REFER, consideramos importante salvaguardar o património edificado dos nossos apeadeiros, como por exemplo o de Jerusalém do Romeu. A estas caberá à Autarquia elaborar um estudo e executá-lo, possibilitando que esse edificado possa ser preservado e inserido a título de exemplo num projecto cultural que documentasse a história da linha do Tua entre Mirandela e Bragança, desde a sua concepção no ano de 1878, até à sua inauguração no ano de 1903.

Quero desde já elogiar o Sr. Deputado Municipal Dr. José António Ferreira, pela intervenção efectuada na última reunião da Assembleia Municipal, e que partilhámos da sua preocupação com o facto de um dos dez núcleos locais do Museu Nacional Ferroviário ter ido para Bragança, em detrimento de Mirandela. Consideramos que Mirandela seria o local ideal para tal investimento cultural e histórico.

A potencialidade de transformar a antiga estação da CP num espaço museológico, num repositório de memórias sobre a construção desta linha férrea tem mais lógica que qualquer outra intervenção, quando enquadrado com o museu do Azeite e num plano de pormenor que inclua uma artéria, de características pedonais, com espaços verdes e elementos de água, unindo o rio e o parque do Império à Av. 25 de Abril e Reginorde, criando aí uma componente lúdico-cultural. A requalificação da linha férrea em ecovia com apeadeiros recuperados teria aqui o seu enquadramento cultural e lúdico.

Terá sido falta de conhecimento deste projecto cultural de âmbito nacional, ou será que houve algum desinteresse no assunto? Ou talvez o conceito de dinamização cultural aliada ao turismo para alguns limita-se apenas aos produtos gastronómicos.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: É evidente que o protocolo é recente porque foi enviado agora.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: se este protocolo não poderia ter um desenvolvimento supra-municipal? Inclusive, Mirandela poderia ter um papel preponderante para influenciar concelhos vizinhos a participar neste processo.

Gostaria de saber em relação às perguntas que fiz, relativas ao Museu do Azeite se isso pode ser equacionado dentro deste Plano Pormenor a desenvolver? Isto é, se pode ser estudado?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: O Plano Pormenor objectivasse nesse sentido, agora os contactos que nós realizamos é evidente que se o Museu Ferroviário fosse na estação, seria muito mais interessante em duas perspectivas, eles é que faziam a recuperação e o investimento seria da parte deles. Há contactos realizados diversos, neste momento

posso-lhe dizer que estão suspensos, porque suspenso está também o Presidente da CP, que em princípio vai ser substituído nestes dias próximos eu na Assembleia Municipal, tive oportunidade de dizer ao Senhor Deputado José António, que havia uma reunião marcada e essa reunião estava marcada com a presença do Senhor Presidente da CP e um dos pontos da agenda era exactamente a decisão disso, a única decisão que foi tomada é que em princípio o do protocolo da cedência dos terrenos está de forma definitiva aprovado e as restantes questões ficaram suspensas porque nós neste momento o interlocutor que tínhamos já não é o mesmo que tínhamos antes, ou não vai ser o mesmo. Os esforços têm sido realizados.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Falasse constantemente numa pousada da juventude ou num estabelecimento de hotelaria de qualidade, como proposta de utilização do edifício da estação da CP.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Em algo de acolhimento.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: E o que eu proponho é que se equacionem outras alternativas, mesmo que essas possam ser mais dispendiosas para o Município mas que valorizem o imóvel em termos históricos.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Há uma proposta para uma pousada da juventude, que foi realizada por um grupo de jovens arquitectos que neste momento a negocia a nível global e jovem com a nossa autorização, fizeram um pré-estudo, fizeram a análise e neste momento trabalham para o Governo, por sua iniciativa para o sue eventual financiamento, há uma proposta que está a ser realizada no âmbito da pós-graduação da Arq.ª Selene que aponta no sentido da recuperação da estação numa perspectiva de uma pousada de alguma qualidade e nesse sentido nós estamos com os parâmetros todos abertos.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Já nos deu duas hipóteses mas ambas orientadas para o mesmo objectivo.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Estas duas hipóteses foram por iniciativa dos próprios e sem custos para a Câmara o que é bastante agradável e pode acreditar que são propostas interessantes. Nós temos outra mas. essa está em aberto ao nível da negociação que é a questão do Museu Ferroviário, portanto, nós temos duas locomotivas que estão na Régua estamos à espera delas já vai para dois anos, primeiro disseram que sim, agora dizem que não porque aquilo é uma casa um pouco complicada.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Se o palacete parcialmente destruído por um incêndio, junto à Quinta de Carvalhais é património da Autarquia.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Não é da Câmara, é da DREN.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Que para a pousada da juventude poderia ser localizada na Praça 5 de Outubro, nomeadamente, naquele conjunto de imóveis do lado esquerdo da Igreja Matriz. Considero que esse edificado pode ser recuperado e transformado numa unidade alojamento para a juventude. É um espaço central, localizado numa zona histórica e era uma forma de criar ali alguma dinâmica naquele espaço urbano. Esta é a minha opinião e acho que por uma questão de respeito à memória do nosso caminho-de-ferro, ao papel que Mirandela desempenhou como um dos pontos de partida para o sistema ferroviário aqui da região. Lamento ainda a demolição do pavilhão de apoio onde estava escrito Mirandela com dois L e 1887 que marcava a data da inauguração para ter sido substituído por um “mamarracho”. Embora fosse pertinente a necessidade de um Centro de Camionagem, sempre critiquei o edifício que está lá, podia o anterior ter sido recuperado para Centro de Camionagem com as respectivas adaptações arquitectónicas.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Relativamente a este assunto eu gostaria de dizer que finalmente o Dr. Silvano acabou mais uma vez por se orientar pelas nossas ideias, que foram apresentadas no nosso manifesto eleitoral, pelo que agora só lhe falta assumir alguma humildade e dizer que neste concelho conta também com uma oposição dinâmica e inovadora. Sendo por isso uma mais valia para o desenvolvimento deste concelho, essa humildade não lhe ficará mal.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu gostava muito de reconhecer a invenção da roda, porque daqui a pouco é o que estamos aqui a discutir. Qualquer dia dá a impressão que antes de haver esta oposição não havia mais nenhuma nesta terra.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, conforme o proposto:

1 – Aprovar a minuta de protocolo, em anexo ao ofício e despacho transcrito;

2 – Delegar no Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, os necessários poderes para a assinatura do contrato.

04 - Empréstimo a Médio e Longo Prazo no Valor de 1.450.000,00€.

----- Foi presente uma informação em 01/06/2006 que a seguir se transcreve:

“Na sequência do Ofício Circular n.º 15/2006, datado de 22 de Março, remetido pela DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais, é definido que, de acordo com o rateio efectuado, para efeitos de acesso a empréstimos de médio e longo prazo, pode o município de Mirandela no ano em curso, proceder à contracção até ao montante de 1.488.496,00€ (um milhão quatrocentos e oitenta e oito mil quatrocentos e noventa e seis euros).

Por Despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, datado de 05 de Maio de 2006, foi iniciado o procedimento de consulta às entidades bancárias sediadas em Mirandela, de modo a que as mesmas apresentassem as respectivas condições de financiamento.

Nesta conformidade, por ofício enviado dia 24 de Maio de 2006, foram solicitadas as condições de financiamento para um empréstimo de médio e longo prazo, no montante de 1.450.000,00€ (um milhão quatrocentos e cinquenta mil euros), tendo sido convidadas as seguintes entidades bancárias:

- Banco Espírito Santo;
- Millennium BCP;
- Banco Português de Investimento;
- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo;
- Caixa Geral de Depósitos;
- Montepio Geral;
- Banco Santander.

Com o objectivo de tentar uniformizar as Propostas das diferentes entidades bancárias consultadas, foi taxativamente determinado, um período de carência de três anos, um prazo de amortização do capital de 17 anos e respectiva renda, um spread a indexar a Euribor a 6 meses, a utilização do valor em conta corrente, a indicação de uma taxa de limite máximo para desequilíbrios anómalos dos mercados, todos os encargos adicionais (comissões, taxas de expediente, entre outros), bem como uma simulação de encargos.

Foram recebidas, no prazo estabelecido, as propostas das entidades bancárias a seguir discriminadas:

- Millennium BCP;
- Banco Espírito Santo;
- Banco Santander;
- Caixa Geral de Depósitos;
- Banco Português de Investimento;

Da análise efectuada, pelo Júri do Concurso, às propostas recebidas, por comparação dos itens comuns, temos como resultado o mapa seguinte:

Entidades Bancárias	Taxa de Mercado	Spread (%)	Outras Especificações
Millennium BCP	Euribor a 90 dias	0,112	- Comissão de organização / intervenção de 250,00€; financiamento adicional de 101.500,00€ para cobertura do risco de fixação da taxa de juro nos 7 primeiros anos do financiamento.
- B.E.S.	Euribor a 6 meses	0,090	-Sem qualquer penalização por reembolsos antecipados.
- SANTANDER	Euribor a 6 meses	0,119	- Isenção de quaisquer comissões; apresenta simulação de aumento da Euribor a 6 meses em 0,25% e 0,50%.
- C.G.D.	Euribor a 6 meses	0,087	- Isenção de quaisquer comissões; CAP – Euribor aplicável acrescida do <i>spread</i> de 1%.
- B.P.I.	Euribor a 6 meses	0,100	-Sem qualquer penalização por reembolsos antecipados;- Isenção de quaisquer comissões; CAP – Média das últimas 15 taxas Euribor a 6 meses, acrescida de um <i>spread</i> de 1,5%.

Atendendo que o endividamento actual do município se situa em 51,72%, valor extremamente baixo dadas as restrições ao endividamento municipal impostas pela Lei n.º60-A/2005, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2006) e Decreto-Lei n.º 50-A/2006, de 10 de Março (Decreto-Lei de Execução Orçamental), e tendo em consideração a necessidade de efectuar pagamentos a fornecedores de imobilizado (empreiteiros), **propõe-se à Câmara Municipal**, nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

- ♦ A aprovação de uma proposta de autorização à Assembleia Municipal para contratação de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 1.450.000,00€ (um milhão e quatrocentos e cinquenta mil euros).

Caso a contracção do empréstimo seja aprovada e para se dar sequência à instrução do processo, **propõe-se ainda:**

1. Face à análise do mapa comparativo das propostas das diferentes entidades bancárias e salvaguardando os interesses da autarquia, a adjudicação do empréstimo à C.G.D. - Caixa Geral de Depósitos, por ser a proposta mais vantajosa;
2. Após a comunicação desta deliberação às entidades preteridas e em cumprimento do disposto no art.º 100º do CPA, seja dado um prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito, findo o qual, caso não haja qualquer reclamação ou se considere improcedente, se aprove e comunique:
 - ⇒ A adjudicação definitiva à entidade bancária seleccionada;
 - ⇒ Se solicite a apresentação da minuta do contrato.”

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Quais são as obras que vão estar afectas a este empréstimo?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Como sabe este empréstimo é controlado pelo Tribunal de Contas e tem que ser enviada uma listagem discriminada das obras financiadas e do valor correspondente.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: É possível disponibilizar essa informação?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Isso é enviado para o Tribunal de Contas, assim de momento não lhe sei dizer.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou: Este empréstimo é para fazer face à rubrica fornecedores de imobilizado?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: É obrigatório. Estes empréstimos são aprovados pela Direcção Geral de Autarquias, conforme regras muito específicas, este valor corresponde normalmente ao valor da amortização do ano em

curso, o que significa que nós só podemos utilizar este dinheiro no pagamento das componentes não financiáveis de projectos Comunitários, por isso temos que enviar essa listagem, discriminada e depois temos que apresentar comprovativos de pagamento dessas mesmas componentes. Eu só gostava que comparassem o spread deste empréstimo com o spread que é realizado em outras Câmaras, que acho que é um exercício interessante.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Se pode ter essa relação de obras afectas a este empréstimo na próxima reunião?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Normalmente é pública está no site da DGAL é onde costuma haver informações financeiras.

DELIBERAÇÃO – A Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, nos termos propostos:

- 1 - Aprovar a proposta de contratação de um Empréstimo de Médio e Longo Prazo no valor de 1.450.000€ (um milhão quatrocentos e cinquenta mil euros);
- 2 - Adjudicar a contratação desta operação financeira à Caixa Geral de Depósitos (CGD), por ser a proposta mais favorável, após decurso dos procedimentos legais aplicáveis e, no caso de não existirem ou se considerarem improcedentes, aprovar a minuta do contrato;
- 3 - Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

05 – Conhecimento de Despachos.

05/01 – D.U.A. – Secção de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 05 de Junho, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 09/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 22 de Maio e 5 de Junho de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Auto de Embargo

Despacho de 16/05/2006 – Filipe Manuel Vicente – Construção de uma casa térrea com 100m², sem que para o efeito possuísse licença passada por esta Câmara Municipal, sito na localidade de Pereira;
Despacho de 17/05/2006 – Franklim dos Santos Celestino – Abertura de um portão sem que para o efeito possuísse licença passada por esta Câmara Municipal, sito em Fontes Frias (Quinta dos Telheiros), Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 10/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 22 de Maio e 05 de Junho de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Pedidos de Informação Prévia Deferidos

Sara da Luz Monteiro – Pedido de viabilidade para construção de uma moradia – Bairro Vale da Cerdeira, Golfeiras – Deferido em 23/05/2006;
Rui Rufino Pinto Barreira – Pedido de viabilidade para construção de uma moradia – Barreiros, Carvalhais – Deferido em 29/05/2006;
Santa Casa da Misericórdia de Mirandela – Pedido de viabilidade para construção de um lar de idosos – São Pedro Velho – Deferido em 29/05/2006
Maria Fernanda Cepeda – Pedido de viabilidade para construção de uma moradia – Vila Verdinho – Deferido em 31/05/2006;
João Pedro Lopes – Pedido de viabilidade para instalação de um estabelecimento de venda directa/cozinha tradicional de fumeiro – Torre Dona Chama – Deferido em 31/05/2006.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 10/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 22 de Maio e 5 de Junho de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Obras Particulares – Licenciamentos Deferidos

35/06 – Fernando dos Reis Pires – Colocação de uma vedação – Vale de Gouvinhas;
40/06 – Victor de Deus Vaz Teixeira – Construção de uma moradia – Passos;
59/06 – Francisco António Gomes Vinhais – Legalização de um armazém – São Pedro Vale do Conde;

- 66/06 – Teresa Sofia Tavares Araújo – Instalação de uma farmácia – Mascarenhas;
- 74/06 – Maria de Fátima Aleixo Ramos – Construção de uma moradia – Cedães;
- 76/06 – Fernanda de Jesus Gomes Roque – Construção de uns arrumos agrícolas – Lamas de Orelhão;
- 99/06 – José Cândido Barros Carneiro – Construção de uma moradia – Quintas;
- 105/06 – António Joaquim Borges – Legalização de um anexo/garagem – Bairro do Sardão, Golfeiras;

Licenciamento Indeferido

98/06 – Fernando Paulo dos Santos Costa – Construção de uma moradia – Lugar dos Barreiros, Carvalhais.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 10/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 22 de Maio e 05 de Junho de 2006 de acordo, com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Autorizações de Utilização Deferidas

- 07/06 – Humberto José Taveira – Estabelecimento de bebidas – Rua de São Cosme, Mirandela;
- 11/06 – Francisco António Gomes – Estabelecimento de bebidas – Rua de São Cosme nº 30, Mirandela;
- 12/06 – Maria Fernanda Caseiro Morais – Estabelecimento de bebidas – Rua de São Tiago, r/c nº 43, Mirandela;
- 64/06 – Israel dos Santos Teixeira – Armazém – Zona Industrial, pavilhão nº 8, Mirandela;
- 66/06 – Manuel Adérito Moreno – Habitação – Loteamento Tuasol, lote nº 38, Mirandela;
- 67/06 – Bernardete de Fátima Carvalho Andrade – Habitação – Fradizela;
- 68/06 – Fernando Armindo Esteves – Habitação – Bairro das Heras, Mirandela;
- 69/06 – Armando Augusto – Habitação – Contins;

Autorizações de Utilização Indeferidas

- 9/06 – Victor Manuel Marcelo – Estabelecimento de bebidas – Rua Vasco da Gama, lote nº 44, r/c, Mirandela;
- 60/06 – Castelões & Sousa, L.da – Habitação – Loteamento do Sardão, lote nº 38, Golfeiras.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 10/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 22 de Maio e 5 de Junho de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Obras Particulares – Autorizações

- 52/06 – António das Neves Mendes – Sociedade de Construções, L.da – Construção de um edifício – Urbanização Retiro da Princesa do Tua, lote nº 52, Mirandela;
- 94/06 – Maria José Águeda Monteiro – Construção de uma moradia e anexos – Loteamento das Eiras, lote nº 1 Carvalhais;
- 111/06 – Abílio José Rodrigues – Construção de uma moradia – Loteamento dos Castanheiros, lote nº 1, Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

05/02 - D.A.G.F. - Secção de Taxas e Licenças.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 02 de Junho, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

Informação N.60/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram **concedidos terrenos para sepultura perpetua durante** o mês de Maio a:

Nome	Residência	Cemitério
António Horácio Pereira	Mirandela	Golfeiras (Jazigo)
Maria de Jesus e Filhos	Mirandela	Golfeiras

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.61 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidos os seguintes **horários de funcionamento** durante o mês de Maio:

Nome	Tipo de Estabelecimento	Localidade
António Jorge Marcelo	Restauração e Bebidas	Mirandela
Cogniconta-Serviços Contabilidade	Agência de Contribuintes	Mirandela
Idalina Alice Machado Samões	Comércio de Artesanato	Mirandela
Maria Fernanda Caseiro Morais	Estabelecimento de Bebidas	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N. 62 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidas as seguintes **Licenças de recinto, nos termos do Decreto-Lei n.º 309/2002 de 16 de Dezembro**, durante o mês de Maio.

Organização	Localidade	Tipo de Licença
Adélio dos Santos Torralvo	Mirandela	Recinto Itinerante
Adélio dos Santos Torralvo	Mirandela	Ruído
Maria da Assunção Crisantino	T. D. Chama	Improvisado
Maria da Assunção Crisantino	T. D. Chama	Ruído

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.63 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram matriculados e transferidos os seguintes ciclomotores, durante o mês de **Maio/2006**.

REGISTADOS

Matricula	Proprietário	Residência
1-MDL-39-95	António Luís Teixeira	Mirandela
1-MDL-39-96	Ana Isabel Arega Roncero Guiomar Correia	Mirandela
1-MDL-39-97	António Ferreira Guedes	Frechas
1-MDL-39-98	Ana Cristina Meireles de Novais	Mirandela
1-MDL-39-99	Joaquim Manuel Oliveira	Mirandela

TRANSFERIDOS

Matricula	Proprietário	Residência
1-MDL-00-71	Armando Inácio Teixeira	Fonte da Urze
1-MDL-16-57	Helder Filipe Justo dos Santos	Rio Tinto
1-MDL-37-89	Joaquim Augusto de Campos	Longra
1-MDL-29-34	José António Moura	Mirandela
1-MDL-39-69	José Manuel Vassalo Magalhães	Vila Flor
1-MDL-37-73	Victor Hugo Sarmento Pinto	Torre Dona Chama

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N. 64 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram autorizados os seguintes **averbamentos de licença de táxi**, durante o mês de **Maio**:

Licença N.º	Titular	Residência
23	Táxis Estrela da Torre, Lda.	Torre D. Chama

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 65/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidas as seguintes **Licenças de Ocupação de Via Pública**, durante o mês de **Maio/2006**:

Titular	Area Ocupada	Local
César Augusto Rodrigues Jorge – Café Tóto	8 m2	Rua das Amoreiras, 16 - MDL
João António Moreira – Café Caborabassa	3 m2	Rua D. Afonso III, 278 – MDL
José Maria Sousa Araújo – Pastelaria Mira	7 m2	Rua da República - MDL
Manuel Joaquim Patatas – Restaurante Jardim	8 m2	Praça do Mercado - MDL

Manuel José Vieira – Café Avenida	4 m2	Av.º 25 de Abril, 461 - MDL
Maria Alice Rosa – Café “Recanto”	3 m2	Travessa de Sta. Luzia - MDL
Maria Augusta Rabiça D.S.Ferreira–Café Charneca	2 m2	Travessa da Figueira, 11 -MDL
Maria Fernanda Caseiro Morais - Nova Petisqueira	3 m2	Rua S. Tiago, 48 - MDL
O Farol, Snack-Bar, Lda.	4 m2	Av.º 25 de Abril, 7 - MDL

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 66 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram emitidas e renovadas as seguintes **Licenças de condução de Ciclomotores e de Veículos Agrícolas** durante o mês de **Maio/2006**

CONCESSÕES

Nome	Residência	Categoria
António Manuel Martins	Carvalhais	Veículo - Agrícola
Emídio José Pinto Januário	Mirandela	Veículo - Agrícola
Gilberto Fernando Gomes	S. Pedro Vale Conde	Veículo - Agrícola
João Luis Morais	Avidagos	Veículo - Agrícola
Nuno Miguel Martins Sousa	Murias	Veículo - Agrícola
Porfirio dos Santos Gomes	Valbom dos Figos	Veículo - Agrícola
Roldão Augusto Martinho	Valbom dos Figos	Veículo - Agrícola
Ricardo Miguel Pereira Pinto	Navalho	Veículo - Agrícola
Rui Manuel Filipe	Mirandela	Veículo - Agrícola

RENOVAÇÕES

Nome	Residência	Categoria
João Manuel Vilares	Cedães	Veículo - Agrícola
José Augusto Vale Verde	Lamas de Orelhão	Ciclomotor
Luis Aníbal Machado	Vila Verde	Veículo - Agrícola
Martinho Ribeiro	Avidagos	Veículo - Agrícola
Noberto Macário	Carvalhais	Ciclomotor
Serafim António Esteves Teixeira	Suçães	Ciclomotor

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 67 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidas as seguintes **Licenças nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de Dezembro**, durante o mês de Maio.

Licenças de Exploração de Máquinas de Diversão

Nome do Proprietário	Estabelecimento	Localidade
António Carlos Borges	Maria Goret Miranda Romano	S. Pedro Velho
António Carlos Borges	Café Presidente Gomesindo A Gomes	Torre D. Chama
Antonio Carlos Borges	Café Presidente Gomesindo A Gomes	Torre D. Chama

Festividades, Ruído e Outros Divertimentos

Organização	Localidade	Tipo de Licença
Comissão de Festas de Suçães	Suçães	Festividade
Comissão de Festas de Suçães	Suçães	Ruído
Comissão de Festas da Senhora do Ó	Golfeiras	Festividade
Comissão de Festas de Senhora do Ó	Golfeiras	Ruído
Comissão de Festas de S. Sebastião	Mirandela	Festividade
Comissão de Festas de S. Sebastião	Mirandela	Ruído
Pirotecnia Minhota, Lda.	Reginorde – Mirandela	Ruído
Pirotecnia Minhota, Lda.	Rio Tua - Mirandela	Ruído
Comissão de Festas de Quintas	Quintas	Festividade
Comissão de Festas de Quintas	Quintas	Ruído
Confraria Nossa Sr.ª do Amparo	Santuário – Mirandela	Festividade
Confraria Nossa Sr.ª do Amparo	Santuário – Mirandela	Ruído
Confraria Nossa Sr.ª do Amparo	Santuário - Mirandela	Festividade
Confraria Nossa Sr.ª do Amparo	Santuário - Mirandela	Ruído
Confraria Nossa Sr.ª do Amparo	Santuário - Mirandela	Festividade
Confraria Nossa Sr.ª do Amparo	Santuário - Mirandela	Ruído

Comissão de Festas de Múrias	Múrias	Festividade
Comissão de Festas de Múrias	Múrias	Ruído

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 68 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram renovados os seguintes cartões para o exercício da actividade de **Vendedor Ambulante** durante o mês de Maio.

RENOVAÇÕES

Nome	Artigos	Residência
Artur dos Santos Cristino	Alfaias Agrícolas	Mirandela
Isabel Gomes Alves Fraga	Produtos Alimentares	Mirandela
José Alberto Paulo Fraga	Produtos Alimentares	Mirandela
Manuel António Gomes	Calçado	Mirandela
Manuel do Nascimento Pinto	Refrigerantes	Torre D. Chama
Maria de Fátima Silva Fernandes	Vestuário	Eixes - Suções

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 69/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidos e renovados os seguintes **Cartões de Ocupante do Mercado Municipal** durante o mês de Maio:

Renovações

Nome	Artigos	Residência
António Fernando dos Reis	Fruta e Hortaliça	Quintas
Lúcia da Conceição Ribeiro	Fruta e Hortaliça	Valbom dos Figos
Maria Luísa Fraga Quiraz	Fruta e Hortaliça	Contins

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 70 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram emitidos e renovados os seguintes cartões para o **exercício da actividade de feirante** durante o mês de Maio.

Renovações

Nome	Artigos	Residência
Artur dos Santos Cristino	Alfaias Agrícolas	Mirandela
João Manuel Múrias Veiga	Confecções	Mirandela
José da Silva Pinto	Louças	Macedo de Cavaleiros
Manuel António Gomes	Calçado	Mirandela
Maria de Fátima Silva Fernandes	Vestuário	Eixes
Maria de Jesus Sousa R. Pinheiro	Pastelaria	Torre D. Chama
Mário Augusto Teixeira	Latoaria e Funilaria	Torre D. Chama
Natalino José	Calçado	Macedo de Cavaleiros

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

05/03 - O.A. – 5.ª Modificação ao Orçamento e 4.ª Alteração à Despesa e ao PPI/PAM.

----- Foi presente a 5.ª Modificação ao Orçamento e 4.ª Alteração à Despesa e ao PPI / PAM com reforço de 1.723.000€, (sendo 266.000€ de despesas correntes, 300.000€ no PAM e 1.157.000€ ao PPI) e o mesmo valor em anulações.

----- O Senhor PRESIDENTE autorizou por despacho de 26/05/2006 a mencionada 5.ª Modificação ao Orçamento, a que corresponde a 4.ª Alteração à Despesa e ao P.P.I. / P.A.M. - 2006.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Em relação à questão do parque de habitação social, vejo que houve uma diminuição de 53.000 euros o que praticamente resulta sensivelmente ¼ do valor global, portanto, eu gostaria de saber onde é que não vão construir habitações sociais, na cidade, vilas ou aldeias?

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Em relação à questão de habitação social, portanto, construção de habitação social, vejo que houve uma diminuição de 53.000 euros o que praticamente resulta sensivelmente ¼ do valor global, portanto, eu gostaria de saber onde é que não vão construir habitações sociais, na cidade, vilas ou aldeias?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Estamos a falar de contabilidade orçamental, nós continuamos à espera que o INH nos aprove a nova localização de habitação social em termos de topologias foi feito um processo, o que significa que nós só arrancaremos com o concurso quando nos derem autorização final em termos dos processos que foram apresentados. Depois do processo anterior foram apresentadas novas candidaturas, neste momento foi tudo entregue estamos à espera do parecer para abrir o respectivo concurso.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Já agora falando no INH, como é que está a situação do concurso do terreno onde iriam nascer junto à Variante?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Brevemente virá à Câmara uma situação sobre esse terreno. Aí já não vai ter uma habitação social.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Mas quem é que vai ficar com a posse daquele terreno?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: A Câmara.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Estão a pensar abrir o concurso de habitação social este ano?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: Tem que ser aberto este ano, o que significa que o valor em si não deixou de estar dotado, o valor foi diminuído e posso-lhe dizer que a justificação é muito simples, não tínhamos o objectivo de avançar com a obra do bairro do segundo Fomento este ano ainda, porque não tínhamos reforços financeiros, no entanto, fruto de algumas indicações ao nível dos fundos comunitários foi-nos sugerido que avançássemos com a obra rapidamente, a obra nem está prevista em planos estava o projecto feito há cerca de um ano a aguardar que viessem os fundos comunitários no início do ano, no entanto alguma hipótese que ela possa vir a ser financiada ainda pelo quadro actual, foi-nos sugerido que avançássemos com a obra, nós avançamos com ela e grande parte da transferência se verificar está em arruamentos na cidade e o capital social das Águas de Portugal, temos que cumprir o capital social até ao final do ano.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Mas há aqui outras questões que eu também queria salientar, em relação à requalificação do desenvolvimento do Santuário Nossa Senhora do Amparo, isso não é este ano de certeza, em relação à envolvente da CP projectos, julgo que também não será este ano, em relação ao edifício das oficinas municipais, julgo que também não será para este ano, o Palácio dos Távoras certamente não será este ano, reparação de maquinaria talvez e asseguraram 100.000 euros é possível que dê para alguma coisa, o plano de vigilância não será este ano, a Ponte Açude, o Museu do Azeite de Mirandela em termos de equipamento já teve também aqui uma diminuição de 45.000 euros, não sei a que é que se refere, em relação ao polo tecnológico também não é este ano, as estradas municipais que estão aqui propostas, principalmente a de Avidagos é que não é de certeza, uma diminuição da dotação de 200.000 euros, depois as várias ligações entre Vilaverdinho, Alvites Vale de Lagoa, Alvites Avantos, Mosteiró, inclusive o acesso oeste ao IP de Mirandela, tudo isso não será certamente este ano! Provavelmente será no ano das eleições.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu apenas respondo na perspectiva política, isso corresponde ao que o Senhor arquitecto deve fazer como Vereador da Oposição. Para lhe responder que a contabilidade orçamental que tem caminhos que só quem trabalha com ela conhece dou-lhe os pontos principais, em relação à habitação social que é aquela em que houve uma diminuição profunda, eu fiz a justificação, em relação às outras dizer-lhe que a estrada dos Avidagos não avança este ano, mesmo que eu abrisse o concurso amanhã, nem daqui a seis meses tinha a obra adjudicada, porque um concurso demora em média 22 semanas.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Mas pode-me justificar a situação da diminuição em relação à obra do Museu do Azeite, que está em curso?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Brevemente também vai ter a explicação porque é que foi feita essa alteração e até podia ser diminuída em maior quantidade, estamos a falar desse equipamento e o que foi mantido é para o equipamento base.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

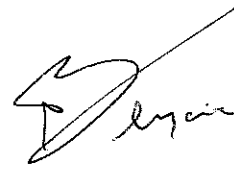
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

06 - Contabilidade – Tesouraria – Balancete.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 06 de Junho de 2006 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	170.662,62€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	808.730,23€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	979.392,85€
DOCUMENTOS-----	3.201,85€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.



07 - Secção de Aprovisionamento
Autorizações de Despesa – Requisições.

----- Foi presente a informação n.º 12/S.A./06 de 05/06/2006 da Secção de Aprovisionamento:

Para conhecimento da Câmara Municipal e em conformidade com a deliberação da Câmara Municipal e de acordo com o Despacho do Senhor Presidente, ambos de 26 de Outubro de 2005, informa-se que foram autorizadas por competência delegada, as requisições n.ºs 806, 1043, 1229, 1257 a 1315, 1317 a 1320, 1322 a 1326, 1331 a 1333, 1336 a 1345, 1347 a 1350, 1352, 1354 a 1364, 1366, 1368 a 1380, 1384 no montante de 271.285,42€ no período de 19 de Maio a 05 de Junho de 2006, pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores a Tempo Inteiro, nos montantes a seguir mencionados:

Senhor Presidente -----	29.210,11€
António José Pires Almor Branco -----	230.770,34€
Maria Gentil Pontes Vaz -----	9.823,18€
José Assunção Lopes Maçaira -----	1.481,79€
As requisições de valor até 200,00€ totalizam-----	4.105,85€
As requisições de valor superior a 200,00€ totalizam-----	267.179,57€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

08 – Secção de Contabilidade – Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal n.º 12/2006 de 06/06/2006 que a seguir se transcreve:

Para cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005, informo o Executivo de que, no período de 25 de Maio a 06 de Junho de 2006, foram efectuadas as seguintes:

Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento:

Ordens de Pagamento Orçamentais autorizadas no valor total de	636.789,52€
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria no valor global de	--,--€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

09 - Transferência Financeira - Junta de Freguesia de Frechas.

----- Retirado da Agenda de Trabalhos.

10 – Pedido de Subsídio - Centro Social Paroquial de S. João Bosco.

----- Foi presente um ofício com entrada em 17/05/2006, com o n.º 3957, que a seguir se transcreve:

“O Centro Social e Paroquial de S. João Bosco de Mirandela, irá realizar nos dias 3 e 4 de Junho de 2006, as suas tradicionais festas em honra do seu Padroeiro.

Para fazer face aos encargos inerentes à realização deste evento, este Centro necessita da colaboração e generosidade de todas as pessoas e entidades, para que desta forma, as crianças socialmente desfavorecidas que acolhemos, possam ter um futuro melhor.

Neste sentido, vimos solicitar a V. Ex.ª. qualquer tipo de contributo que possa disponibilizar.

Estando certos da vossa generosidade, apresentamos desde já os nossos sinceros agradecimentos, enviando os respectivos cumprimentos.”

----- O Senhor Presidente por despacho em 23/05/2006, propôs a atribuição de 1.000€ (mil euros). Processo de despesa n.º 1359, de 02/06/2006.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Proponho, tendo em conta o grande alcance social desta instituição, nomeadamente no apoio às crianças socialmente desfavorecidas e considerando ainda que a realização destas festas em honra do seu Padroeiro, são para fazer face aos encargos inerentes das várias actividades sociais que desenvolvem justifica-se que o valor proposto de 1.000€ (mil euros), pelo Senhor Presidente, deverá ser acrescido de mais 4.000€ (quatro mil euros), o que foi aceite por todo o Executivo a discussão e votação em próxima reunião.

Nesta conformidade, independentemente da deliberação hoje tomada, deverá em próxima reunião, ser sujeito a deliberação esta proposta.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu não queria responder porque estas coisas neste caso específico são negociadas com o Senhor Presidente e as pessoas que apresentam o pedido, a informação que eu tenho em relação a este assunto é precisamente a que tem o Senhor Arquitecto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade:

- 1 – Atribuir 1.000 € (mil euros) ao Centro Social Paroquial de S. João Bosco, para os fins solicitados;
- 2 – Que em próxima reunião de Câmara Municipal seja sujeito a deliberação a proposta de atribuição de 4.000 € (quatro mil euros).

11 - Pedido de Subsídio - Casa da Cultura e Recreio do Cachão.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 3892 de 15/05/2006 com o seguinte teor:

“O orçamento apresentado pela firma de construção civil de Manuel Barreira para execução de bancadas do poli desportivo do Cachão é de 23.300,00€ mais IVA, o mesmo já se encontra na posse do Ex. Sr. Eng.º António Branco.

Mais informo que a referida obra estará concluída por volta do dia 12 de Junho, altura em que terá início o torneio de futebol de salão do Cachão inter aldeias.”

----- O Senhor Vereador Eng.º António Branco em 16/05/2006 exarou o seguinte despacho:

“À reunião.

A C.C.R. Cachão pretende realizar algumas obras de apoio ao polidesportivo.

A intensa utilização do equipamento e o elevado número de actividades e torneios cria a necessidade de aumentar o acolhimento do público, nomeadamente pela criação da bancada.

Os orçamentos apresentados foram avaliados e analisados, propondo-se assim a atribuição do presente subsídio para a urgente realização da obra.”

----- Processo de despesa n.º 1344 de 01/06/2006.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: Que tipo de bancada é que é?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: É uma bancada corrida em betão com três degraus.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Ainda bem que dão utilidade ao Polidesportivo. Em relação a Barcel como é que está o processo do polidesportivo? É a Junta a efectuar a obra, é a Câmara ou será em parceria entre as duas instituições?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: O terreno em princípio foi indicada uma localização para um certo local, a Junta ficou de negociar com o proprietário mas as coisas ainda não estão decididas.

DELIBERAÇÃO – A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para a Casa da Cultura e Recreio do Cachão no valor de 23.300€ (vinte e três mil e trezentos euros) para os fins propostos.

12 – Secção de Taxas – Mudança de Ramo de Actividade da Loja n.º 6 r/ch – Mercado Municipal - Manuel Ferreira Afonso.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 1240 de 13/03/2005 com o seguinte teor:

“Manuel Ferreira Afonso, contribuinte n.º 158 200 349, residente na Rua Vale da Cerdeira, lote n.º 5, freguesia de Mirandela, concelho de Mirandela, concessionário da loja n.º 6 – r/ch, do Mercado Municipal, vem solicitar a V. Ex.ª a alteração de ramo de actividade de talho (venda de carnes verdes) para o ramo de actividade de venda de Máquinas, Ferramentas e Acessórios.

Pede deferimento.”

----- Pela Secção de Taxas e Licenças em 19/04/2006 foi emitida a seguinte informação:

“Foi requerido pelo Sr. Manuel Ferreira Afonso, concessionário da loja n.º 6 – R/ch do Mercado, à Câmara Municipal a mudança de ramo de actividade para venda de Máquinas, Ferramentas e Acessórios.

Nos termos do ponto 2 do artigo 25º do Regulamento do Mercado foi dado o prazo de 20 dias aos concessionários das lojas do Mercado Municipal para apresentarem reclamações ou sugestões sobre a mudança de ramo de actividade de Talho (venda de carnes verdes) para venda de Máquinas, Ferramentas e Acessórios.

Face ao exposto, informo V. Ex.ª que já decorreu o prazo para reclamar, não havendo qualquer reclamação ou sugestão.

À Consideração Superior.”

DELIBERAÇÃO – A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

1 – Autorizar nos termos do ponto n.º 2 do art.º 25 do Regulamento do Mercado Municipal e nos termos do requerimento, que a loja n.º 6 do r/ch, a mudança de ramo de actividade para venda de Maquinas, Ferramentas e Acessórios;

2 – Dar conhecimento ao interessado do teor desta deliberação.

13 - Secção de Projectos e Candidaturas – Apreciação das Candidaturas ao Programa SOLARH – Decreto-Lei n.º 39/2001, de 09 de Fevereiro - Maria Beatriz.

----- Pela Técnica da Secção de Projectos e Candidaturas foi apresentada uma informação para Apreciação das Candidaturas ao Programa Solarh – Decreto-Lei n.º 39/2001, de 09 de Fevereiro, com o seguinte teor:

“A requerente Maria Beatriz, apresentou processo de candidatura ao programa SOLARH de acordo com o estipulado no Decreto-Lei 39/2001, de 9 de Fevereiro, dado ser proprietária, há pelo menos cinco anos, de uma habitação, sita em Paradela, Concelho de Mirandela.

De acordo com o referido diploma, os Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Mirandela através de uma visita ao local, verificaram o estado de conservação do imóvel e as obras que o mesmo carece, e elaborou o seguinte Relatório Técnico:

“... A construção onde se pretende intervir é constituída por uma fracção de um edifício de traça bastante antiga, com idade provável superior a 60 anos. A cobertura é em estrutura de madeira e telha cerâmica, estando parcialmente degradado e claramente para além dos prazos de durabilidade dos materiais. Os rebocos exteriores em cal também se apresentam bastante deteriorados ...”

Assim de entre as carências encontradas, as obras que estão no orçamento são prioritárias.

De acordo com o estipulado no referido Decreto-Lei, os Serviços Técnicos propõem a aprovação do orçamento referido no processo de candidatura relativo às obras consideradas prioritárias.

À Consideração Superior.”

----- A informação vem acompanhada do orçamento no valor de 11.971,15€ (onze mil novecentos e setenta e um euros e quinze cêntimos), que se dá por reproduzido.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o orçamento no valor de 11.971,15€ (onze mil novecentos e setenta e um euros e quinze cêntimos), referido no processo de candidatura relativo às obras consideradas prioritárias.

DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

14 - DSEAS – Informação Social – Pedido de Isenção de Pagamento de Taxa - Alfredo Augusto Mora.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 1318 de 16/03/2006 com o seguinte teor:

“Alfredo Augusto Mora, casado, NIF 200 916 580, residente no lugar e freguesia de Lamas de Orelhão, jornaleiro, sendo o seu agregado familiar constituído por 5 (cinco) pessoas, tratando-se de uma família carenciada como a Junta de Freguesia certifica, vem respeitosamente solicitar a V. Ex.ª se digne isenta-lo de taxas na legalização da sua casa de habitação, sita na localidade e freguesia de Lamas de Orelhão, a fim de poder efectuar o registo na Conservatória do Registo Predial.”

----- Vem acompanhado de uma “declaração” passada pela Junta de Freguesia, em que é referida a insuficiência económica em que o agregado familiar se encontra.

----- O Senhor Director do Departamento de Urbanismo e Ambiente na mesma data proferiu o despacho a referir que o assunto deveria ser analisado pela Câmara Municipal.

----- A Secção de Obras Particulares informou que o interessado apresentou pedido de certidão de construção anterior a 1951 e que o valor das taxas a pagar seria de 44,50€.

----- A Senhora Técnica Superior de Serviço Social procedeu a uma informação pormenorizada sobre a situação económica, tendo concluído com o seguinte parecer em 17/05/2006:

“Face ao exposto, parece de propor que este agregado familiar pague apenas 50% do montante das taxas a pagar.”

DELIBERAÇÃO – A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, considerando a natureza social da pretensão, participar em 50% o valor da taxa a pagar, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Artigo 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

DEPOIS DA ORDEM DO DIA

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: A propósito da diminuição das verbas destinadas à compra de equipamento para o Museu do Azeite em Mirandela, eu lembro que ao considerar nosso espólio, o local armazenado, espalhado ou indignamente exposto e que deveria ser usufruído por toda a população. Manifesto aqui a necessidade de expor esse vastíssimo material que existe, num local dinâmico, num local interactivo a criar, estou a falar do Museu da cidade, do Museu de Arqueologia, que permite divulgar a história local e que auxilie os técnicos da educação, nos quais eu me incluo, a sensibilizar os nossos jovens, os nossos alunos, para que acreditem sempre muito receptivos a este tipo de iniciativa e não nos esqueçamos que a sensibilidade para a preservação e para a conservação do património, deve estar forçosamente cada vez mais presente.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Refere-se ao património que está cá na Câmara? Em relação ao Museu do Azeite se considerar que existe alguma situação em específico, por exemplo, equipamento que possa ser susceptível de avaliação, isso agradecemos que nos comunique, porque se tiver conhecimento de uma antiga instalação que até pode vir a ser destruída e que possa ter elementos de interesse arqueológico, se nos o transmitir é evidente que nós iremos no sentido de verificar se realmente ele tem capacidade para isso. Quando falo na aquisição, é que hoje em dia há um conjunto de elementos que já não se encontram “espalhados”, e esses têm que ser adquiridos seja onde for.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO perguntou: Eu sei que a Câmara tem óptimas relações com a Santa Casa da Misericórdia e não sei até que ponto não poderia haver algum intercâmbio entre ambas as instituições?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu: A Santa Casa da Misericórdia vai criar um Museu, nesta obra que vai lançar agora. Esta obra da recuperação do antigo hospital, tem previsto um Museu.

Jornal - Notícias de Mirandela.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Em relação à acta de 26.04.2006, o Senhor Presidente disse que iria disponibilizar o parecer elaborado sobre as alterações que são efectuadas pelo Jornal de “Notícias de Mirandela” na publicação das actas, inclusive para disponibilizar cópia de todo o processo que foi discutido inclusive as intervenções dos anteriores vereadores sobre este assunto.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assinatura da Carta de Aalborg.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse: Como já foi dito em reuniões anteriores, a adesão à carta de Aalborg era um compromisso assumido por ambas forças políticas durante a campanha eleitoral. Deliberação em unanimidade a proposta apresentada porque acreditamos nos benefícios desta adesão.

Por isso e em nome da Vereação da Oposição quero agradecer ao Senhor Presidente a amabilidade que teve em convidar os Srs. Vereadores à assinatura da Carta de Aalborg, ontem à tarde em Carrazeda de Ansiães. Lamentavelmente, tínhamos outros compromissos que não podiam ser adiados impossibilitando a nossa presença nesse evento.

Quero ainda que fique registado em acta, que em relação à esta intervenção, o Senhor Presidente não encetou nenhum convite a esta Vereação, procurando ignorá-la.

Desejo ao Senhor Presidente muita paciência, pois durante os próximos três anos e meio vai ter que “grammar” connosco, quer queira quer não. “E a procissão ainda só vai no Adro”.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Eu só queria dizer que em relação a este assunto, não houve convites formais.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Agenda Municipal.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse: Alguns municípios pediram-nos para apelar ao Dr. Silvano para extinguir a sua agenda pessoal, desenvolvida por dinheiros dos contribuintes. Nós já estamos habituados a ver isto, nos países menos democráticos, através do culto da personalidade. Mas como queremos estar inseridos de corpo presente na Comunidade Europeia, propomos que esse dinheiro seja aplicado em apoios de inclusão social às pessoas com dificuldade e de terceira idade pelo concelho. Todos ficaríamos muito gratos.

Já agora apelava à Senhora Vereadora Dr.ª Gentil como Directora da Agenda, para tentar convencer o Dr. Silvano nesta situação. Pode ser que a ouça melhor, que à oposição. Esta Agenda como está na Internet as pessoas poderão consultá-la e a Câmara terá custo zero.

Queria lançar aqui hoje uma nova ideia em termos de proposta, gostaria de vos apresentar uma nova forma de intervenção de este órgão através do fundo de capitais de risco que poderá ser promovido por esta Autarquia em parceria com outras instituições no sentido de vir a fomentar uma nova valorização empresarial em termos locais. Este fundo de capitais de risco destinar-se-ia a financiar as nossas empresas, isto acaba por vir a colmatar o insucesso do programa URBCOM.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse: Acolho com agrado a sugestão.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 2 a 4, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5 – A/02, de 11 de Janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Vice-Presidente e por mim Luís Mário Vieira Maia, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 11 horas 55 minutos.

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ENG.º ANTONIO JOSÉ PIRES ALMOR BRANCO
O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
GERAL E FINANÇAS

DR. LUÍS MÁRIO VIEIRA MAIA